

São 3 as principais funções da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
Atlântica
Proteção da Biodiversidade
Desenvolvimento Sustentável
Conhecimento Científico e Tradicional

realização:

**CONSELHO NACIONAL DA RESERVA
DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA**

Rua do Horto 931 - Instituto Florestal
São Paulo - SP - CEP: 02377-000
Tel. (0XX11) 62318555 r. 2044/2138
Fax: (0XX11) 62325728
e-mail: comunica.rbma@uol.com.br
<http://www.rbma.org.br>

em parceria com:



apoio:



Caderno nº 28



**RPPN
RESERVAS PARTICULARES DO
PATRIMÔNIO NATURAL DA MATA ATLÂNTICA**

organizadores: Carlos Alberto Bernardo Mesquita e
Maria Cristina Weyland Vieira

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



SÉRIE 1 - CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

- Cad. 01 - A Questão Fundiária, 1ª ed./1994, 2ª ed./1997
- Cad. 18 - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 1ª ed./2000, 2ª ed./2004
- Cad. 28 - RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica, 2004

SÉRIE 2 - GESTÃO DA RBMA

- Cad. 02 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1995, 2ª ed./1996
- Cad. 05 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
- Cad. 06 - Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
- Cad. 09 - Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1998, 2ª ed./2000
- Cad. 24 - Construção do Sistema de Gestão da RBMA, 2004
- Cad. 25 - Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003

SÉRIE 3 - RECUPERAÇÃO

- Cad. 03 - Recuperação de Áreas Degradadas da Mata Atlântica, 1ª ed./1996, 2ª ed./2000
- Cad. 14 - Recuperação de Áreas Florestais Degradadas Utilizando a Sucessão e as Interações planta-animal, 1ª ed./1999, 2ª ed./2000
- Cad. 16 - Barra de Mamanguape, 1ª ed./1999, 2ª ed./2000

SÉRIE 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS

- Cad. 04 - Plano de Ação para a Mata Atlântica, 1ª ed./1996, 2ª ed./2000
- Cad. 13 - Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, 1999
- Cad. 15 - Mata Atlântica: ciência, conservação e políticas, 1999
- Cad. 21 - Estratégias e Instrumentos para a Conservação, Recuperação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, 1ª ed./2002, 2ª ed./2004
- Cad. 23 - Certificação Florestal, 2003
- Cad. 26 - Certificação de Unidades de Conservação, 2003
- Cad. 27 - Águas e Florestas da Mata Atlântica: por uma gestão integrada, 2004

SÉRIE 5 - SÉRIE ESTADOS E REGIÕES DA RBMA

- Cad. 08 - A Mata Atlântica do Sul da Bahia, 1998
- Cad. 11 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, 1998
- Cad. 12 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco, 1998
- Cad. 22 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, 2002

SÉRIE 6 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS

- Cad. 07 - Carta de São Vicente - 1560, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
- Cad. 10 - Viagem à Terra Brasil, 1998

SÉRIE 7 - CIÊNCIA E PESQUISA

- Cad. 17 - Bioprospecção, 2000
- Cad. 20 - Árvores Gigantescas da Terra e as Maiores Assinaladas no Brasil, 2002

SÉRIE 8 - MaB-UNESCO

- Cad. 19 - Reservas da Biosfera na América Latina, 2000

Caderno nº 28

RPPN RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL DA MATA ATLÂNTICA

organização: Carlos Alberto Bernardo Mesquita e
Maria Cristina Weyland Vieira

realização:



em parceria com:





Série: POLÍTICAS PÚBLICAS

Editor: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Conselho Editorial: José Pedro de Oliveira Costa, Clayton Ferreira Lino e João L. R. Albuquerque

Organização: Carlos Alberto Bernardo Mesquita e Maria Cristina Weyland Vieira

Revisão: Clayton F. Lino, Heloisa Dias e João Lucílio Albuquerque

Projeto Gráfico: Elaine Regina dos Santos

Editoração: Marcia Barana

Colaboração: Dolores Biruel (ficha catalográfica)

Ficha Catalográfica:

Mesquita, Carlos Alberto Bernardo

RPPN – Reservas particulares do patrimônio natural da mata atlântica / Carlos Alberto Bernardo Mesquita ; Maria Cristina Weyland Vieira. – São Paulo : Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004.

56 p. ; 21 cm . – (Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica : série conservação e áreas protegidas, 28)

1. Conservação em áreas privadas 2. Reserva Particular 3. Patrimônio Natural 4. Mata Atlântica – Brasil 4. Educação ambiental 5. Ecoturismo . I – Mesquita, Carlos Alberto Bernardo II. Vieira, Maria Cristina Weyland

Endereço do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera:
Rua do Horto, 931 - Casa das Reservas da Biosfera
02377-000 - São Paulo - SP - Brasil -
Tel: 0xx11 62318555 r. 2044/2138 Fax: 0xx11 62325728
site: www.rbma.org.br, e-mail: comunica.rbma@uol.com.br

É uma publicação do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, com o apoio do Instituto BioAtlântica, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA/SP, Ministério do Meio Ambiente - MMA, UNESCO - BRASIL.

Impressão:

Tiragem:

Autoriza-se a reprodução total ou parcial deste documento desde que citada a fonte.

São Paulo, Outubro de 2004

RPPN RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL DA MATA ATLÂNTICA

organizadores: Carlos Alberto Bernardo Mesquita e
Maria Cristina Weyland Vieira

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



“Existem pessoas que lutam um dia e são boas.

Existem pessoas que lutam por algum tempo e são muito boas.

Há pessoas que lutam por muito tempo, e são melhores ainda.

Mas existem aquelas que lutam por toda a vida.

Estas são as imprescindíveis.”

Bertold Brecht

Esta publicação foi inspirada e é dedicada a todos os cidadãos, organizações, empresas e associações que fazem de suas vidas uma luta constante em defesa do patrimônio natural brasileiro.



SUMÁRIO:

	Pág.
Apresentação	09
Introdução.....	05
Capítulo 1: Breve histórico da conservação em terras privadas, do Código Florestal até as RPPN.....	08
Capítulo 2: O que é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural.....	13
Capítulo 3: Quem são os proprietários das RPPN da Mata Atlântica.....	17
Capítulo 4: O papel das RPPN na conservação de ecossistemas e na sua restauração.....	23
Capítulo 5: A contribuição das RPPN à pesquisa científica e à conservação da biodiversidade.....	27
Capítulo 6: Fazenda e natureza de mãos dadas: projetos de Educação Ambiental e ecoturismo em RPPN.....	34
Capítulo 7: RPPN como Postos Avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.....	41
Capítulo 8: O associativismo como estratégia de mobilização dos proprietários de RPPN.....	47
Referências bibliográficas.....	52



Agradecimentos.....	55
Sobre os organizadores.....	
Anexo1: Como criar uma RPPN.....	
Anexo 2: Lista das RPPN localizadas na área do Bioma Mata Atlântica.....	56

APRESENTAÇÃO

Em 1989, o amigo Célio Valle, então Diretor do recém criado IBAMA me convidou, juntamente com a Dra. Sônia Wiedman, procuradora daquele órgão, para ajudá-lo a desenvolver mecanismos que estimulassem os proprietários privados a conservar a natureza. Surgiu desse encontro a minuta do decreto criando a figura das RPPNs que, meses depois seria assinado pelo Presidente da República. Diferente das legislações anteriores (refúgios de vida silvestre e refúgios de flora e fauna) a preocupação era não apenas permitir que os proprietários conservassem os ecossistemas em suas terras, mas sim incentivá-los a fazer isso. As regras ficaram mais claras e criou-se a isenção do ITR entre outros benefícios.

Em 1996, voltamos a nos reunir, agora já com a experiência de 6 anos de implantação dessas Reservas e inúmeras sugestões dos próprios proprietários de RPPN e outros interessados em conservação, especialmente ONGs e empresas. Um novo decreto foi então preparado, aprimorando o anterior.

Agora, passados 15 anos daquele primeiro encontro é um prazer constatar que 656 RPPN já foram criadas em 26 estados brasileiros. São 519 mil ha de matas preservadas para sempre, área esta que cresce continuamente. Mais do que isso, esses proprietários – pessoas, ONGs, universidades, empresas, tornam-se importantes aliados do poder público na promoção do ecoturismo, da educação ambiental e de pesquisas sobre nossos ecossistemas.

A figura das RPPNs, formalmente incluída na lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – (lei 9985/2000) passou cada vez mais a ser um mecanismo eficaz de política pública, especialmente na proteção do entorno de unidades de conservação e na implementação



de corredores ecológicos. Tornaram-se assim também elementos básicos para a implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

É na Mata Atlântica que está o maior número de RPPN do Brasil (443) e também foi aqui que surgiram as primeiras associações de proprietários dessas Reservas. Também é nesse Bioma que se concentram os principais programas de apoio às Reservas Privadas, com destaque para a Aliança para Conservação da Mata Atlântica, uma parceria entre as ONGs Conservação Internacional e Fundação SOS Mata Atlântica. Neste sentido, merece destaque igualmente o apoio dado por governos estaduais como o do Paraná e de Minas Gerais que incluíram as RPPNs na base de cálculo do ICMS eco-lógico direcionado aos Municípios que contêm Áreas Protegidas e o apoio do Fundo Nacional de Meio Ambiente que mantém uma linha de financiamento (a fundo perdido) específico para as RPPN.

Foi com a intenção de fazer um diagnóstico da situação dessas Reservas particulares na Mata Atlântica, apresentar esta história de sucesso e incentivar novos proprietários a criar suas reservas privadas, que o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica convidou os autores Maria Cristina Weyland Vieira e Carlos Alberto Mesquita, ambos reconhecidos militantes e conhecedores do tema para preparar este caderno. Da mesma forma, convidamos a Confederação Nacional das RPPNs e a Aliança para Conservação da Mata Atlântica a serem nossos parceiros nessa publicação, o que foi prontamente aceito. Essa parceria técnica e financeira permite que esse importante documento chegue às mentes e corações de antigos amigos e novos amigos da Mata Atlântica. As futuras gerações certamente vão ter muito o que lhes agradecer.

Clayton Ferreira Lino
Presidente do Conselho Nacional
da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

INTRODUÇÃO

“No início o pessoal acha estranho, pensa que se está doando terras para o IBAMA, e que esse negócio de preservar a natureza é coisa para doido ou para quem não tem com que se preocupar... Mas depois, com a degradação do ambiente, aquele produtor rural que reservou um pedaço da mata, que protegeu as nascentes dos rios, que deixou em pé as árvores que abrigavam uma enorme quantidade de espécies, muitas ameaçadas de extinção, passa a ser visto como um visionário, alguém que enxerga longe e faz a coisa certa: protege os recursos naturais que se encontram dentro de sua propriedade¹”.

Estas são palavras de um proprietário de RPPN do Sul da Bahia, constatando a sua diferença com relação ao perfil médio do produtor rural brasileiro. O proprietário de uma RPPN muitas vezes é também um produtor rural, mas um produtor rural com ideais conservacionistas. Ideais que busca colocar em prática, ideais que luta e persevera para tornar realidade, no dia a dia do manejo e da administração do pequeno pedaço do planeta que está sob sua responsabilidade.

Existem hoje **656** Reservas Particular do Patrimônio Natural - RPPN oficialmente reconhecidas no Brasil, entre reservas tituladas pelo IBAMA e pelos órgãos estaduais. Estima-se que estas centenas de reservas estejam protegendo hoje mais de **519 mil hectares** do mais belo e mais diverso patrimônio natural de nosso planeta.

¹ Depoimento de Henrique Berbert, proprietário da RPPN Serra do Teimoso (Jussari, Bahia), presidente da PRESERVA e secretário-geral da CNRPPN.



Pode parecer pouco, diante dos mais de 54 milhões de hectares de áreas protegidas existentes hoje no país, ou mesmo diante dos mais de 3,8 milhões de hectares do Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque, na Amazônia brasileira.

Mas a relevância destes mais de 500 mil hectares está no fato de que representam os esforços concretos e a decisão voluntária e generosa de centenas de cidadãos, empresas e organizações, que mesmo sem muito apoio ou incentivo, despendem tempo e recursos para cuidar de suas reservas, dando sua parcela de contribuição, em caráter complementar, aos esforços de conservação da natureza de nosso país.

As RPPN têm, cada vez mais, servido como um instrumento adicional para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, permitindo em várias situações a manutenção de um grau mais elevado de conectividade da paisagem natural (Lees 1995, Langholz 1996, Langholz 1999, Morsello 2001), assim como o incremento da representação de áreas prioritárias para a conservação, ainda não contempladas pela rede de áreas protegidas públicas (Mesquita 1999; Mesquita & Leopoldino 2002).

Existem ecossistemas ou tipos de vegetação nos quais a única unidade de conservação existente é uma RPPN. Mais da metade das RPPN está no entorno ou no interior de alguma unidade de conservação pública. No caso das Áreas de Proteção Ambiental, onde a propriedade da terra continua particular, a criação de RPPN representa uma considerável adicionalidade em termos de proteção do patrimônio natural (Mesquita, *no prelo*).

A palavra chave na relação entre UC públicas e RPPN deve ser “complementaridade”. Se considerarmos a necessidade da formação de “corredores ecológicos” (paisagens em

mosaico, apresentando unidades de conservação combinadas com diferentes usos do solo que sejam permeáveis ao trânsito de animais e sementes), as RPPN aparecem como uma estratégia fundamental para esta finalidade (Mesquita, *no prelo*).

Cabe ao poder público a missão de estabelecer grandes áreas protegidas, que assegurem a proteção de amostras representativas de ecossistemas e a manutenção dos processos ecológicos. No caso das unidades de conservação do setor privado caberia, em caráter complementar, formar uma espécie de rede de proteção ou amortecimento de impactos no entorno dos parques e reservas públicas, promovendo a permeabilidade ecológica em paisagens fortemente fragmentadas, como é o caso da Mata Atlântica.

É claro que, do ponto de vista da conservação, quanto maior for uma área protegida, melhor. Entretanto, se pensarmos no caso de reservas privadas localizadas no entorno de unidades de conservação públicas e em regiões estratégicas para a formação de corredores ecológicos, provavelmente o número de reservas seja tão importante quanto seu tamanho individual.

Mesmo com área média de 224 hectares, no caso das reservas localizadas no Domínio Mata Atlântica, as RPPN cumprem um importante papel, através da proteção de remanescentes que, embora pequenos, podem servir como “trampolins ecológicos” para diversas espécies da fauna e flora.

Ou seja, como não podemos proteger tudo, a natureza precisa de grandes unidades de conservação e de várias áreas menores no seu entorno e nos corredores entre uma unidade e outra. Melhor ainda quando esta estratégia envolve a participação e o engajamento direto da sociedade, tal qual é previsto pelo Artigo 225 da Constituição Brasileira: “*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de*



vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil 1998, grifo do autor).

Com este caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pretendemos apresentar aos interessados no assunto, bem como à toda a sociedade, um pouco da história e do perfil destas unidades de conservação da sociedade, sistematizando informação sobre quantas são, onde se localizam e o que fazem as RPPN da Mata Atlântica brasileira.

CAPÍTULO 1: BREVE HISTÓRICO DA CONSERVAÇÃO EM TERRAS PRIVADAS, DO CÓDIGO FLORESTAL ATÉ AS RPPNs

Carlos Alberto Bernardo Mesquita

Desde 1990, quando o Decreto Federal 98.914 foi assinado, regulamentando o reconhecimento de áreas protegidas em propriedades particulares além daquelas exigidas pelo Código Florestal de 1965 (Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente), foram criadas **656** Reservas Particulares do Patrimônio Natural, distribuídas pelos 26 estados da federação e no Distrito Federal, permitindo a proteção, em caráter perpétuo, de mais de **519 mil hectares** de áreas naturais.

Mas o histórico da conservação da biodiversidade em terras particulares no Brasil vem de muito antes das RPPN. O Código Florestal de 1934 já previa o estabelecimento de áreas particulares protegidas, denominadas “**Florestas Protetoras**”. Estas áreas protegidas permaneciam com posse e domínio do proprietário e eram inalienáveis.

Com a reforma do Código Florestal, em 1965, esta categoria foi extinta, mas a nova lei manteve a possibilidade do proprietário de floresta não preservada gravá-la para conservação em perpetuidade, através da assinatura de um termo perante a autoridade florestal e da averbação à margem da inscrição no Registro Público (Art. 6º, Lei 4.771/65), remetendo, porém, o detalhamento deste instrumento para regulamentação posterior. Foi a regulamentação deste decreto que permitiu, 25 anos mais tarde, o surgimento das RPPN tal qual a concebemos hoje.

Até 1977, entretanto, não havia regras para a criação de reservas privadas no Brasil. Nesse ano, uma portaria do



extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, determinou o reconhecimento de terras privadas como “Refúgios Particulares de Animais Nativos”. Nove anos depois, a Portaria IBAMA 277/88 revogou a regra anterior e criou as **“Reservas Particulares de Fauna e Flora”** (Wiedmann 1997). Não há informações precisas sobre o número e a área protegida no país sob esta categoria, mas sabe-se que muitas das atuais RPPN foram antes Refúgios ou Reservas de Fauna e Flora.

Ainda segundo a autora, é notório que o impulso para a formatação desta nova categoria partiu da sociedade. Nos anos 1980, alguns proprietários, em sua maioria do Rio Grande do Sul, procuraram o IBAMA, desejando transformar parte de seus imóveis em reservas particulares, no intuito de protegê-las das pressões de caça à animais silvestres.

Esta demanda da sociedade evidenciou a necessidade de um mecanismo jurídico melhor definido, com uma regulamentação mais detalhada para as áreas protegidas privadas. Até então, as reservas privadas brasileiras não possuíam um instrumento forte de reconhecimento, que estabelecesse inclusive os benefícios oferecidos aos proprietários como reconhecimento e incentivo à conservação.

Para atender esta demanda foram estabelecidas, através do Decreto 98.914, de 31 de janeiro de 1990, as regras para a conservação da natureza em terras privadas. Nesse momento surgiu o conceito e os principais preceitos das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, válidos ainda hoje, tendo sido estabelecidas as atividades permitidas, a forma de incentivo e os benefícios oferecidos aos que destinassem suas terras para a proteção do patrimônio natural.

Para corrigir algumas brechas e definir mais claramente a aplicação deste instrumento de conservação, foi assinado em 5 de junho de 1996 o Decreto Federal 1.922, estabelecendo a possibilidade de RPPN serem reconhecidas pelos

órgãos ambientais estaduais, determinando também seu caráter perpétuo. Os Estados que já reconhecem oficialmente as RPPN com legislação estadual específica são: Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul e Pernambuco.

AS RPPN NO SNUC

Mas foi somente em 2000 que as RPPN conquistaram o *status* de Unidades de Conservação, com a aprovação da Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), fazendo do Brasil o único país da América Latina a incluir as reservas privadas no seu sistema de áreas protegidas oficial.

Embora sejam classificadas como unidades de uso sustentável, as RPPN poderiam ser consideradas como de proteção integral “de fato”, uma vez que o item do artigo 21 da referida lei que possibilitava a extração de recursos naturais em uma RPPN, foi vetado pelo Presidente da República. Como ao Executivo cabe apenas o poder de veto, não lhe sendo permitida a alteração de redação ou quaisquer modificações, a não ser a supressão de trechos da lei aprovada pelo Congresso Nacional, as RPPN permaneceram entre as unidades de conservação de uso sustentável.

Hoje, as RPPN estão em vias de se tornar a primeira categoria com um regulamento próprio após o SNUC. Esta regulamentação é fruto do esforço conjunto dos proprietários, através de suas associações e Confederação Nacional, e dos órgãos ambientais governamentais.

Além disso, os sistemas de unidades de conservação da natureza de alguns estados, bem como unidades experimentais implantadas por organizações ambientalistas em parceria com empresas e proprietários conservacionistas, já apontam para a criação de novas categorias de manejo voluntárias em terrenos particulares. Mais uma



vez, é a sociedade adiantando-se e ousando, na busca de alternativas que conciliem desenvolvimento territorial e proteção do patrimônio natural.

Se por um lado o Código Florestal, atualmente em revisão, já prevê a figura das “**Servidões Florestais**”, por outro lado uma série de estudos e projetos-piloto são levados à cabo, em diversas partes do país, identificando opções para a remuneração e a compensação dos proprietários que adotam práticas conservacionistas além daquelas exigidas pela lei. Estas iniciativas testam instrumentos e ferramentas que permitam valorar os serviços ambientais das áreas protegidas, indicando mecanismos para sua permanência em longo prazo.

Nesse contexto, as áreas naturais protegidas estabelecidas em terrenos privados vêm se constituindo como uma importante ferramenta, complementar aos esforços públicos para proteção da biodiversidade. Esta ferramenta parece ser especialmente útil no caso da Mata Atlântica, bioma extremamente fragmentado e onde mais de 80% do território é particular.

AS RPPN DA MATA ATLÂNTICA

A partir de uma análise detalhada e do cruzamento dos cadastros do IBAMA (DIREC e Gerências Executivas nos estados), com atualizações aportadas pelas associações estaduais e regionais de proprietários de RPPN, bem como técnicos de órgãos de governo que atuam em processos de reconhecimento destas unidades de conservação, identificou-se que existem atualmente **443 RPPN** na área do Domínio Mata Atlântica, somando quase **100 mil hectares** protegidos em perpetuidade.

Como definição de área do Domínio Mata Atlântica, tomou-se como base o Atlas da Mata Atlântica (Fundação SOS

Mata Atlântica, 2000) e para a lista de municípios do bioma foi tilizado o Dossiê Mata Atlântica (Capobianco, 2001), tendo sido feitas, porém, algumas correções em regiões onde, provavelmente devido à escala utilizada, o “domínio” aparece abarcando regiões notoriamente de outros biomas.

Com área média de 223,54 hectares, as RPPN da Mata Atlântica variam, em tamanho, de 0,5 a 10.187,89 hectares. A maior RPPN integralmente do bioma, entretanto, é a Estação Veracruz, localizada próximo à Porto Seguro, no Sul da Bahia, com 6.069 hectares, uma vez que a Reserva do Caraça, em Minas Gerais (com 10.187,89 ha.) encontra-se em área de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado, apresentando a maior parte do seu território coberta por este último bioma. O símbolo desta RPPN é, inclusive, o lobo-guará, animal-símbolo do Cerrado brasileiro.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do número e da área protegida em RPPN, no Domínio Mata Atlântica, pelas unidades da federação.

ESTADO	Nº. DE RPPN	ÁREA EM RPPN (ha.)
Alagoas	7	610,58
Bahia	40	12.895,49
Ceará	4	805,31
Paraíba	2	1.325,15
Pernambuco	6	914,05
Rio Grande do Norte	1	2.039,93
Sergipe	1	13,27
Espírito Santo	4	586,22
Minas Gerais	81	20.116,73
Rio de Janeiro	44	4.230,29
São Paulo	33	3.348,99
Paraná	183	36.927,86
Rio Grande do Sul	15	719,99
Santa Catarina	22	14.494,86
TOTAL	443	99.028,72



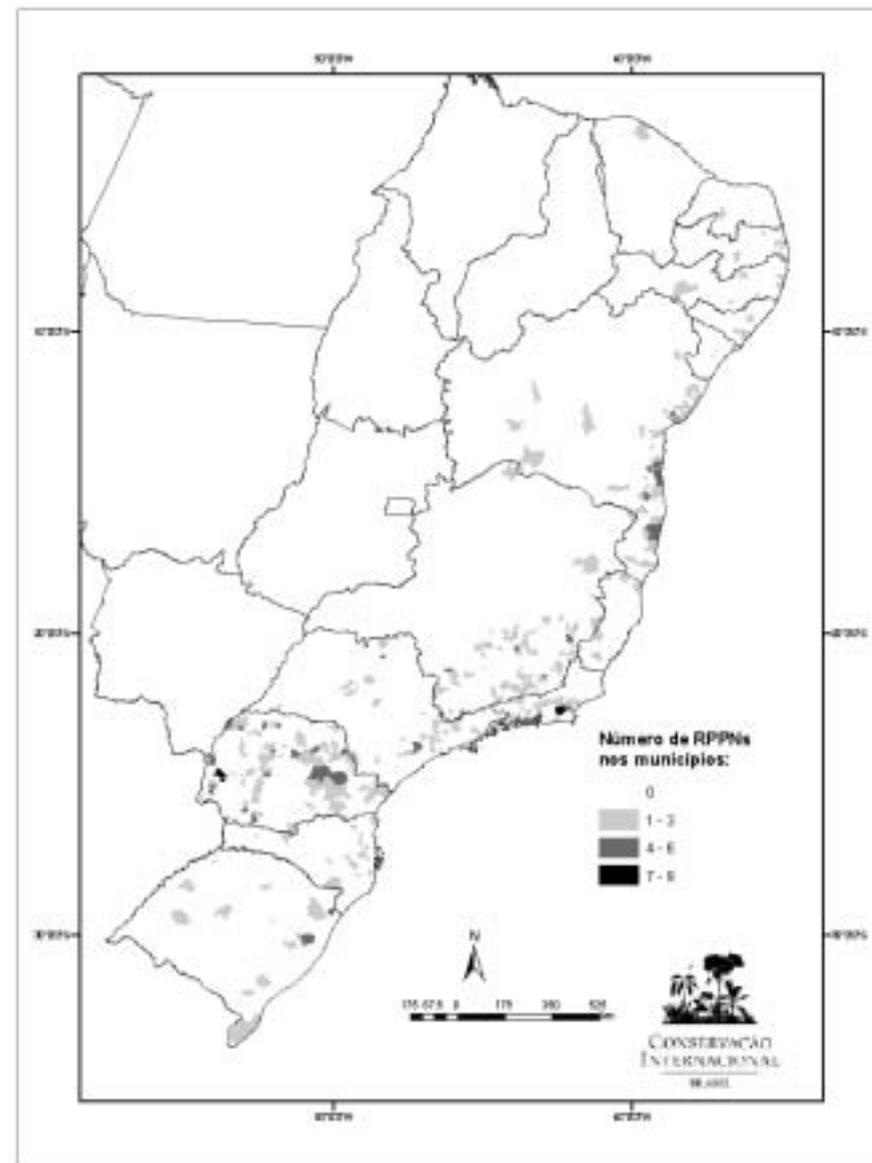
No anexo 2, ao final deste caderno, encontra-se a lista completa das RPPN da Mata Atlântica, com nome, área e município onde se localiza.

Cabe ressaltar que este cadastro inclui as RPPN reconhecidas pelo IBAMA em março de 2004, quando da comemoração dos 15 anos do órgão, algumas delas ainda não averbadas.

No caso dos Estados de Goiás e Mato Grosso do sul, que também formam áreas de Mata Atlântica, não foram identificadas RPPNs no bioma.

A seguir, podemos observar mapas elaborados a partir do banco de dados da Aliança para Conservação da Mata Atlântica, com o Número de RPPNs nos municípios e a Área Total de RPPNs nos municípios no bioma Mata Atlântica, respectivamente.

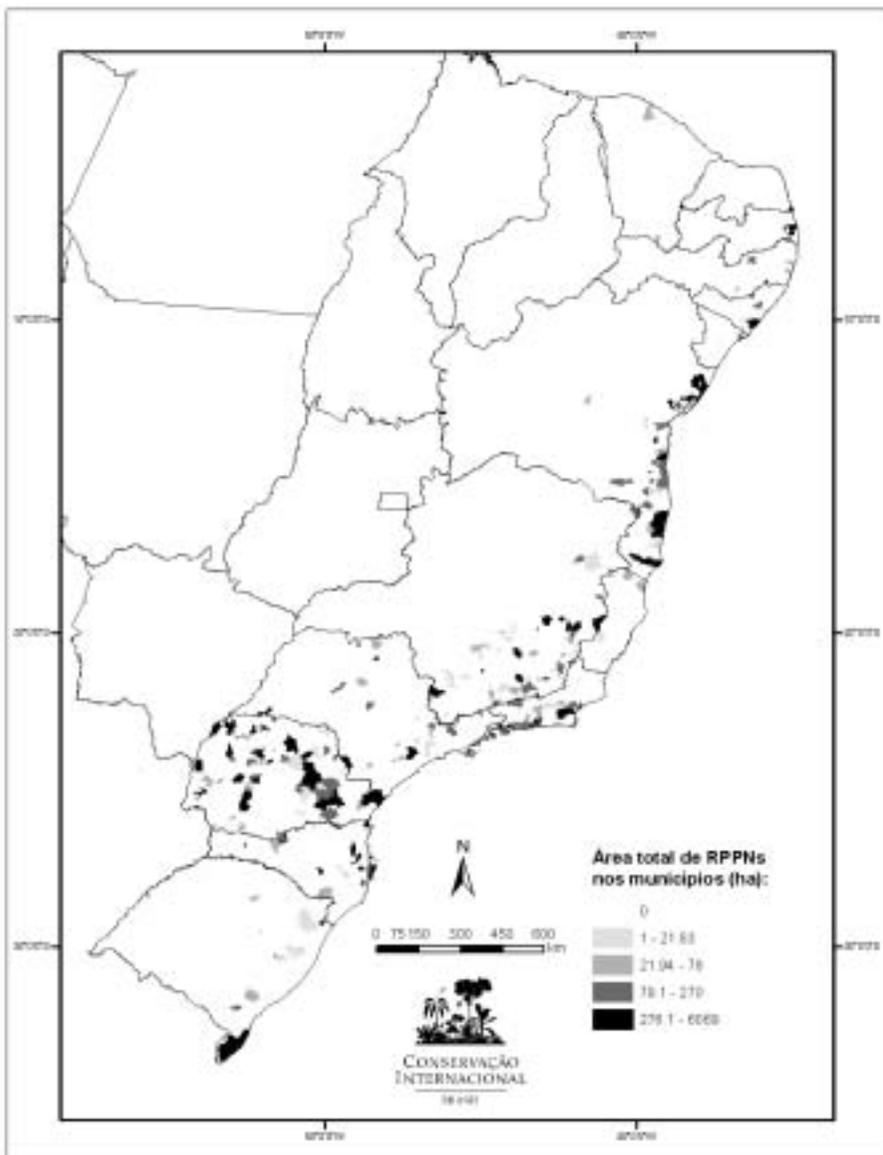
Mapa com o **Número de RPPNs nos municípios** no Bioma Mata Atlântica:



Fonte: Conseqvação Internacional - Brasil.



Mapa com a **Área total de RPPNs nos municípios (ha)** no Bioma Mata Atlântica:



Fonte: Conseqvação Internacional - Brasil.

CAPÍTULO 2: O QUE É UMA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL

Carlos Alberto Bernardo Mesquita

As RPPN são unidades de conservação de domínio privado, criadas por iniciativa do proprietário da área, mediante ato de órgão governamental (IBAMA ou órgão estadual de meio ambiente, quando houver regulamentação no estado), desde que constatado o interesse público. Pelo SNUC, as RPPN devem ter como objetivo principal a conservação da diversidade biológica.

Nas RPPN o dono da terra continua sendo o proprietário, e pode contar com o apoio do IBAMA e dos órgãos de meio ambiente, assim como das entidades ambientalistas, no planejamento do uso, manutenção e proteção dessas reservas.

Quem cria uma RPPN tem isenção do ITR para a área declarada, pode encaminhar projetos para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, através de organizações da sociedade civil, fundações ou órgãos públicos, para financiar a manutenção da reserva.

Diversas organizações ambientalistas mantêm programas de apoio às RPPN, com doação de recursos para projetos e atividades de pesquisa, ecoturismo e educação ambiental. Entre estas podemos destacar a Conservação Internacional-Brasil, a Fundação SOS Mata Atlântica, o Conselho Nacional e os Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, a Funatura, a Fundação Biodiversitas, o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, a Associação Mico-Leão-Dourado, o Instituto Sul Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza, a The Nature Conservancy, a Fundação Ecotrópica, a Associação Caatinga, o Instituto para a Preservação da Mata Atlântica, o WWF, e muitas outras.



Um exemplo de novas oportunidades para os proprietários de RPPN é o Programa de Incentivo às RPPN, da Aliança para Conservação da Mata Atlântica, uma associação entre a Conservação Internacional-Brasil e a Fundação SOS Mata Atlântica. Criado em 2003, o Programa conta com o apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF)² e do Bradesco Cartões. A meta do Programa é contribuir para a conservação *in situ* da biodiversidade da Mata Atlântica, fortalecendo o sistema privado de áreas protegidas, no contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Inicialmente, o Programa está voltado para o apoio às RPPN localizadas dentro dos limites dos corredores de biodiversidade da Mata Atlântica: o Corredor Central e o Corredor da Serra do Mar. Já estão sendo apoiados 59 projetos de criação e implementação de RPPN (Costa *et. al.* no prelo).

É importante ressaltar que uma RPPN não poderá ser desapropriada para fins sociais, uma vez que já cumpre seu papel social com a proteção do patrimônio natural ali existente. Este aspecto é destacado por Martins (2003), que afirma que, em uma sociedade do estado de pleno direito, possuir uma RPPN em suas terras não enfraquece o conceito de propriedade, pelo contrário, consolida-o, através de sua vinculação ao paradigma da função social da terra.

RPPNs podem ser criadas em qualquer ecossistema, em todos os biomas existentes do território nacional onde haja propriedades particulares. A criação de uma RPPN é um

² O *Critical Ecosystem Partnership Fund* (CEPF) (Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos) é um fundo para a conservação da biodiversidade nas áreas identificadas como *hotspots*. Constitui uma iniciativa conjunta por parte das seguintes entidades: Conservation International (CI), Global Environment Facility (GEF), MacArthur Foundation, Governo Japonês e Banco Mundial.

ato de vontade, o proprietário é que decide se quer fazer de sua propriedade, ou de parte dela, uma RPPN. Embora existam casos, alguns até bem sucedidos do ponto de vista da proteção de áreas relevantes, a criação de uma RPPN não deveria ser usada como medida compensatória por impactos gerados no meio ambiente. Vide Anexo 1 - Como criar uma RPPN, pg. 80.

ATIVIDADES QUE PODEM SER DESENVOLVIDAS EM UMA RPPN

De acordo com a Lei do SNUC, em seu Artigo 22, RPPN é “*uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica*”, na qual só podem ser realizadas atividades relacionadas à pesquisa científica e à visitação, seja com fins turísticos, recreativos ou educacionais (Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica 2000).

Entretanto, ao contrário das categorias de unidades de conservação sob responsabilidade de órgãos públicos, os quais estão obrigados a implementar as atividades previstas em seus objetivos, o proprietário de uma RPPN só desenvolve tais atividades se assim for sua vontade.

Em total sintonia com o direito à propriedade, nenhum proprietário de RPPN está obrigado a abrir sua reserva para visitantes ou pesquisadores. Entretanto, é importante ressaltar que aqueles que têm buscado o apoio e a parceria de instituições de meio ambiente, de centros de pesquisa ou de universidades, sejam públicas ou privadas, têm podido realizar com maior efetividade as ações que asseguram, em longo prazo, a concretização de seu desejo, expresso no ato de criação da RPPN: a proteção do patrimônio natural de sua propriedade em perpetuidade e de maneira sustentável.



É importante ressaltar que a motivação maior de um candidato a proprietário de RPPN tem que ser a conservação da natureza. Estudo realizado com 118 reservas naturais privadas, de diferentes tipos e categorias, em 12 países da América Latina (do Brasil inclusive), comprovou que os objetivos de caráter conservacionista - tais como conservar a diversidade biológica, proteger espécies ameaçadas, conservar amostras de ecossistemas e promover a Educação Ambiental - representam os de maior peso na hora da criação de reservas naturais privadas (Mesquita 1999).

Este mesmo estudo identificou uma tendência estabelecida de conversão das reservas naturais privadas em empreendimentos conservacionistas. Esta tendência observa-se também entre as RPPN do Brasil. Mas isso não significa que estes proprietários esperam mudar seu status econômico com os negócios gerados pela RPPN - embora existam alguns notáveis e honrosos casos - mas sim que buscam meios, de maneira cada vez mais organizada, para viabilizarem a concretização de seus sonhos de maneira sustentável.

Mas o proprietário pode decidir por apenas garantir a proteção da área, sem abri-la ao público ou aos pesquisadores. Há centenas de exemplos de RPPN sendo manejadas desta maneira. Entretanto, é recomendável que pelo menos algumas ações de Educação Ambiental sejam desenvolvidas com os vizinhos e a comunidade do entorno, até para se garantir a proteção da área e diminuir os problemas com queimadas, caça e extrativismo, sobretudo de palmito, lenha e cipós.

No caso de pesquisas, que geralmente custam caro e exigem especialização, o proprietário da RPPN pode fazer convênios com universidades ou organizações ambientalistas, como já mencionado antes, para conhecer melhor a fauna e a flora de sua RPPN.

Já o ecoturismo exige planejamento, investimentos e boa capacidade de gestão, além de só ser recomendável para as reservas que estejam localizadas em regiões de forte apelo turístico. Nos capítulos 4, 5 e 6 apresentam-se diversos exemplos de ações e programas desenvolvidos por RPPN na Mata Atlântica, com algumas dicas de como estes proprietários estão logrando resultados concretos.

A DIFERENÇA ENTRE RPPN E RESERVA LEGAL

A Reserva Legal estabelecida pelo Código Florestal é uma **obrigação** de todo proprietário de imóvel rural. No caso da Mata Atlântica, todas as propriedades devem manter pelo menos 20% da sua área com a cobertura florestal original, sem desmatá-la. Já as RPPN são criadas de maneira **voluntária** pelos proprietários, e para as mesmas não há limitação de tamanho nem de porcentagem da área do imóvel. Ao contrário do que alguns imaginam, uma Reserva Legal não é uma área com vegetação intocável. Nela podem ser realizadas atividades de extrativismo, desde que de maneira planejada e sustentável, especificamente para obtenção de produtos necessários para a manutenção e manejo da propriedade agrícola. O que não pode haver é a supressão total da vegetação original.

Em uma RPPN, como já visto acima, apenas as atividades de visitação e pesquisa científica são permitidas, com autorização também para a coleta de sementes com fins de recuperação ambiental na propriedade ou no seu entorno. Nenhuma outra forma de extrativismo é permitida. Sendo assim, uma RPPN, é uma área protegida com uso muito mais restrito do que uma Reserva Legal. Por esta razão, e por ser de caráter voluntário, é que não há impedimento para o reconhecimento de RPPN sobre áreas já averbadas como Reservas Legais, desde que o proprietário esteja ciente



que, sob esta nova regulamentação, não poderá mais utilizar, de maneira direta, os recursos naturais da área.

Por se tratar de um ato voluntário, a criação de uma RPPN deve expressar o desejo do proprietário da área, e não se atrelada a uma "condicionante compensatória" em Termos de Ajustamento de Conduta para atividades que produzem impactos negativos no ambiente natural.

CAPÍTULO 3 : QUEM SÃO OS PROPRIETÁRIOS DAS RPPN DA MATA ATLÂNTICA

Maria Cristina Weyland Vieira

As RPPN da Mata Atlântica pertencem a uma variada gama de proprietários. Neste capítulo optou-se por classificá-los entre pessoas físicas e pessoas jurídicas. O primeiro grupo apresenta-se subdividido por gênero (masculino ou feminino), quando a RPPN for de propriedade de um único indivíduo, ou entre casais e famílias, quando forem estes os casos.

Já as pessoas jurídicas foram classificadas em empresas, organizações ambientalistas, associações e instituições religiosas. Os resultados desta análise estão apresentados por região.

O perfil dos proprietários de RPPN na Mata Atlântica representa bem o espaço rural brasileiro, onde a maioria dos proprietários de terras são pessoas físicas do gênero masculino, mas onde a maior porcentagem da área é de propriedade de empresas ou organizações. Em proporção bem menor estão as categorias de proprietárias do gênero feminino, de casais e de famílias.

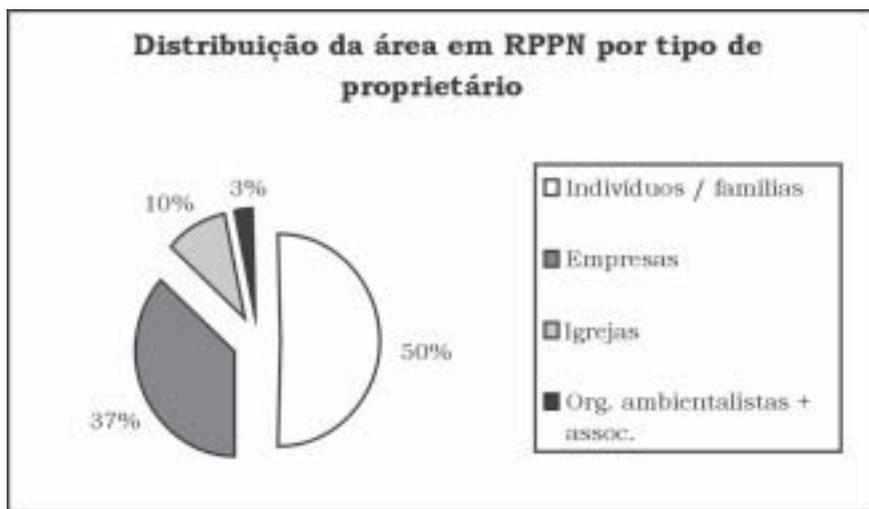
As variações regionais e a nível estadual das categorias de pessoas jurídicas, apresentadas adiante, revelam as realidades locais e regionais. No caso do Nordeste, por exemplo, onde vastas extensões de terras são de empresas do setor sucro-alcooleiro, o cuidado com a proteção dos recursos hídricos e a busca por uma melhoria de imagem levou a criação de várias RPPN por estas empresas.

No caso do Nordeste, onde vastas extensões de terras são de empresas do setor sucro-alcooleiro, o cuidado com a



proteção dos recursos hídricos e a busca por uma melhoria de imagem levou a criação de várias RPPN por estas empresas.

O gráfico a seguir ilustra a participação de cada categoria de proprietário.



Em Minas Gerais, onde há uma forte presença de empresas dos setores de mineração e siderurgia, com atividades de elevado impacto ambiental, não apenas o interesse por uma melhor reputação empresarial, mas, sobretudo, as medidas compensatórias exigidas pelo órgão florestal estadual, que incluíam a criação de RPPN, explicam a existência de várias reservas implantadas por empresas deste setor.

O Espírito Santo é o único estado do Sudeste onde há somente proprietários pessoas físicas. Nos demais estados as empresas estão bem representadas.

As RPPN de instituições sem fins lucrativos constituem um pequeno, porém variado grupo, no qual encontramos

diversas entidades religiosas, renomadas organizações conservacionistas e instituições culturais.

Região Nordeste

A maioria (73%) dos proprietários de RPPN do Nordeste são pessoas físicas. Na Bahia, a maior parte destes (21 indivíduos) é do gênero masculino, enquanto que os demais são mulheres (6 proprietárias), famílias (4 reservas) e apenas um casal.

Entre as RPPN de pessoas jurídicas deste estado, cinco são de propriedade de empresas, que atuam nos setores florestal e agropecuário, enquanto que uma reserva é de propriedade de uma organização ambientalista (IESB), sendo esta a única RPPN da Mata Atlântica nordestina com um proprietário deste grupo.

Nos casos de três RPPN do Ceará e das duas existentes na Mata Atlântica da Paraíba, ocorre um fato singular, uma vez que se trata de reservas registradas em nome de diversas pessoas da família. Uma quarta RPPN do Ceará é de propriedade de uma empresa da área de hotelaria e turismo.

Entre as RPPN pernambucanas encontramos três reservas de pessoas físicas, sendo um do gênero masculino, um do feminino e duas propriedades de famílias, e duas de pessoas jurídicas, sendo uma empresa do setor sucro-alcooleiro e uma paróquia da Igreja Católica, vinculada aos franciscanos.

Em Alagoas, quatro RPPN são de pessoas físicas do gênero masculino e três de empresas produtoras de açúcar e álcool. No caso de Sergipe, a única RPPN existente é de propriedade de uma pessoa física do gênero masculino. Já no Rio Grande do Norte, a única reserva na Mata Atlântica tem como proprietário uma empresa sucro-alcooleira.



A existência de cinco RPPN cujos proprietários são empresas do setor de açúcar e álcool simboliza uma mudança de visão e de comportamento de parte considerável do setor. Através da criação do Instituto para a Preservação da Mata Atlântica (IPMA), várias empresas têm promovido a restauração florestal das margens dos rios e lagos que abastecem suas usinas e fomentado a criação de RPPN nos remanescentes florestais que possuem. Os participantes do Congresso Nordeste de Reservas Naturais Privadas, realizado em abril de 2003, em Maceió, tiveram a oportunidade de conhecer uma parte dos esforços deste grupo, além de visitarem algumas destas reservas.

Região Sudeste

A maioria dos proprietários de RPPN da Mata Atlântica na Região Sudeste são indivíduos. No Espírito Santo, todas as quatro reservas do estado têm como proprietários pessoas físicas, sendo três do gênero masculino e uma do gênero feminino.

No Rio de Janeiro, exatamente a metade das RPPN tem como proprietários pessoas físicas do gênero masculino, havendo ainda cinco proprietárias, cinco famílias e quatro casais. No caso das RPPN deste estado cujos donos são pessoas jurídicas, sete são empresas, sendo três do setor imobiliário, duas agropecuárias, uma da área comercial e uma do setor de administração e participação. Entre as sem fins lucrativos, uma é a Igreja Metodista, outra é o Serviço Social do Comércio (SESC) e a terceira é uma comunidade ligada ao culto do Daime.

Em Minas Gerais, apesar das empresas dominarem parcialmente o cenário, os proprietários pessoas físicas ainda são a maioria. Embora predominam os proprietários do gênero masculino, com 28 reservas, neste estado encontramos a maior proporção relativa do gênero feminino

entre proprietários de RPPN na Mata Atlântica, somando nove mulheres. Ainda neste estado temos cinco reservas de propriedade de famílias e cinco de casais, demonstrando um quadro mais equilibrado do que nos outros estados, no que concerne ao gênero e à categoria familiar.

Nada menos que 18 empresas são proprietárias de uma ou mais RPPN em Minas Gerais. Dentre estas, pouco mais da metade - 10 empresas - atuam na área de mineração, de siderurgia ou em ambas. As demais se distribuem em várias áreas da economia, sendo duas do setor elétrico, duas firmas de exportação e importação (sendo uma delas de carvão e café), uma empresa de grafite, uma pedreira e até mesmo um clube da capital mineira.

Entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos que são proprietárias de RPPN em Minas Gerais, encontram-se duas entidades religiosas (Congregação Católica do Caraça e uma fundação espírita), duas instituições culturais (uma delas dedicada à cultura nipo-brasileira e a outra à pesquisas arqueológicas), uma organização ambientalista (Fundação Biodiversitas) e uma associação beneficente.

Em São Paulo, assim como no Rio de Janeiro, metade dos proprietários são pessoas físicas do gênero masculino, complementando-se com três proprietárias, três famílias e dois casais. No caso das reservas de pessoas jurídicas (todas empresas), três são de uma empresa do setor de empreendimentos, e as demais são de representantes dos setores de reflorestamento, papel e celulose, química, imobiliária, participações e de lazer.

Região Sul

A maioria (78%) dos proprietários de RPPN da Mata Atlântica do Sul do Brasil corresponde à categoria de pessoas físicas. No Paraná, estado com o maior número de RPPN no país, nada menos que 109, entre as 184 RPPN



existentes, têm homens como proprietários. As demais reservas em mãos de indivíduos têm como proprietários 22 mulheres (o maior número de representantes do gênero feminino na Mata Atlântica) e 14 casais.

Entre os proprietários pessoa jurídica do Paraná, temos uma variada gama de empresas (dois clubes, uma operadora de ecoturismo, quatro empresas de papel e celulose, duas cooperativas agrícolas e três empresas agropecuárias), duas organizações conservacionistas (Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e Sociedade de Pesquisas em Vida Selvagem e Educação Ambiental) e ainda duas RPPN de propriedade de instituições religiosas católicas.

Em Santa Catarina, quase metade dos proprietários são indivíduos do gênero masculino, tendo ainda entre as pessoas físicas que possuem RPPN neste estado uma mulher e duas famílias. No caso das pessoas jurídicas, há cinco empresas (duas do setor florestal, duas de turismo e uma de empreendimentos e serviços). Há ainda uma reserva de uma irmandade católica associada a um hospital de caridade.

No Rio Grande do Sul a maioria dos proprietários são homens, que somam 10 RPPN, havendo também uma família, um casal e uma mulher como proprietários. Entre as pessoas jurídicas, com duas reservas, destaca-se o Cemitério Parque Jardim da Paz – caso singular de associação entre campo santo e proteção do patrimônio natural. Há ainda neste estado uma RPPN de propriedade de uma empresa de loteamento e mineração.

CAPÍTULO 4: O PAPEL DAS RPPN NA CONSERVAÇÃO DE ECOSSISTEMAS E NA SUA RESTAURAÇÃO

Maria Cristina Weyland Vieira
João Emidio Lima da Silva
Marilda Cruz Lima da Silva

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural tem um papel fundamental na conservação dos ecossistemas nativos e dos recursos naturais. Considerando as vastas extensões de terras que estão em mãos de proprietários particulares a conservação em terras privadas faz-se mister e urgente diante do quadro de devastação do Bioma Mata Atlântica. Lamentavelmente, a degradação deste Bioma, do qual resta tão somente 7% ainda prossegue, apesar dos muitos esforços para a Conservação dos parques remanescentes, em especial, desde os anos 90, pelos proprietários de RPPNs, conforme atesta esta publicação.

A seguir, são apresentados alguns exemplo de projetos de conservação e proteção da biodiversidade desenvolvidos em RPPN. Para consultar a área e a localização das reservas citadas veja a lista das RPPNs da Mata Atlântica no anexo. A Lista das RPPN consta no anexo II, página 83.

CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

A **RPPN Arajara Park**, no Ceará, localizada no Vale do Cariri, faz parte de um complexo turístico denominado Arajara Park. Neste projeto de um parque ecológico são protegidas 214 fontes de d'água, a gruta de Arajara e uma reserva florestal.



A **RPPN Estação Ambiental de PETI**, em Minas Gerais protege dentro de seus limites a micro-bacia do rio Santa Bárbara (bacia do rio Doce) e mais quatro córregos.

Na **RPPN Mata do Jambreiro**, em Minas Gerais, estão preservadas nascentes e córregos contribuintes do Rio das Velhas, importante rio da região metropolitana de Belo Horizonte.

A **RPPN Iracambi**, em Minas Gerais, tem como missão “fazer com que conservar a floresta seja mais atraente do que destruí-la” e dentre as metas, combinar a conservação da biodiversidade com sustentabilidade econômica, tendo como lema “Fazenda e floresta de mãos dadas”. A organização “Sociedade de Amigos de Iracambi”, parceira da RPPN, foi escolhida como finalista para o Prêmio ALCAN de sustentabilidade em 2.004.

A **RPPN do Tileco**, em Minas Gerais, está situada em uma fazenda produtora de café o que, além de colaborar para a proteção dos recursos naturais da área foi fundamental para a certificação do café orgânico.

A Companhia Brasileira de Alumínio, através das **RPPN Fazenda Boa Esperança e Fazenda São Lourenço**, em Minas Gerais, desenvolve importante serviço de divulgação de formas de desenvolvimento sustentável dos recursos naturais de propriedades rurais.

Na **RPPN Alto da Boa Vista**, em Minas Gerais, existem seis córregos de águas límpidas dos quais três nascem dentro de seus limites. Compõem ainda os recursos hídricos, duas cachoeiras, uma lagoa e inúmeras nascentes que servem ao entorno.

A **RPPN Reserva Natural Salto Morato**, no Paraná, considerada Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco protege, em seus limites, uma grande variedade e densidade de microbacias hidrográficas com grande

diversidade de ambientes aquáticos, com rios de diferentes larguras e profundidades, suportando grande diversidade de espécies adaptadas a essas condições.

A **RPPN Fazenda Tabatinga**, em Pernambuco, abriga, nos seus dois quilômetros de praia, uma das mais belas paisagens do litoral norte: o encontro da mata com o mar. O manguezal também merece destaque pela sua exuberância. Com o objetivo de explorar esse valor paisagístico, há um projeto dos proprietários de incluir a região no roteiro turístico do Litoral Norte, que deverá ser incrementado com a instalação do Circuito Náutico do Estado de Pernambuco.

A **RPPN Reserva Ecológica do Caraguatá**, em Santa Catarina, possui dentro da Reserva a nascente de vários rios de relevante importância para as comunidades vizinhas. Muitos destes já são utilizados para o abastecimento normal e para processos de irrigação nestas cidades. A importância da RPPN do Caraguatá reside no fato de sua inserção geomorfológica demarcar o limite de duas amplas bacias hidrográficas, constituindo-se num importante divisor de águas e fontes mananciais: uma parte da drenagem de rede hidrográfica é direcionada para a bacia do rio Tijucas (municípios de São João Batista, Major Gercino e Angelina), enquanto outra se direciona para a bacia do rio Biguaçu (municípios de Antônio Carlos e Biguaçu), representada principalmente pelos rios Rachadel e Farias. incluir este texto e deixar o resto .

A **RPPN Fazenda Agro-pastoril Gonçalves**, também denominada de RPPN Ambiental, em São Paulo, está associada ao projeto “Casa do Palmito”. Este projeto foi implantado como um modelo de recuperação ecológica do local onde é feito o plantio e a coleta do palmito juçara, cuja qualidade superior o tornou um alvo de uma intensa exploração predatória que acabou por quase extingüí-lo.



Em razão de sua postura ecologicamente correta, a Casa do Palmito obteve em 1993 o Diploma Ação Verde, concedido por consultores da ONU pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, além de outras entidades.

RESTAURAÇÃO DE ECOSISTEMAS DEGRADADOS

Na **RPPN Fazenda Bulcão**, em Minas Gerais, o Instituto Terra vem desenvolvendo um projeto de recuperação ambiental desde 1998, o que lhe confere um importante papel na conservação da região. O projeto visa reconstituir o ecossistema florestal da propriedade e está integrado a um processo de capacitação em regeneração de áreas degradadas e na educação ambiental no Vale do Rio Doce. Neste projeto, que conta com a participação de especialistas da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Companhia Vale do Rio Doce e da Conservação Internacional, está previsto a restauração de uma área de 600 hectares e a ampliação de outros projetos no vale do Rio Doce. O Instituto Terra possui atualmente um dos melhores viveiros de plantas nativas de Minas Gerais.

Na **RPPN Reserva Natural Morro da Mina**, no Paraná, há um viveiro de espécies vegetais nativas que produz 100.000 mudas por ano, usadas para o reflorestamento de áreas desmatadas na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba.

A **RPPN Reserva Ecológica do Caraguatá**, em Santa Catarina, representa um grande fragmento de floresta em estado primário onde se situa um dos poucos relictos de *Araucaria angustifolia* (Pinheiro brasileiro) que ocorriam esparsos dentro da Floresta Ombrófila Densa do estado. A **RPPN Fazenda Lagoa** (Minas Gerais), em fase final de criação, consiste em um mosaico que inclui fragmentos florestais conectados por dois corredores ecológicos

implantados há mais de 10 anos em áreas degradadas da Fazenda.

CONSERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS SINGULARES

As RPPN tem um papel primordial na conservação dos remanescentes de ecossistemas especiais e de florestas primárias no domínio da Mata Atlântica como no caso dos Brejos de Altitude do Nordeste.

A **RPPN Fazenda Bituri** (ainda em processo de criação) localizada no município Brejo da Madre de Deus, em Pernambuco, foi criada para preservar um brejo de altitude no sertão pernambucano. O brejo de altitude é um ecossistema especial da Mata Atlântica, somente encontrado na porção oriental do maciço da Borborema, nas regiões do agreste e do sertão, entre Pernambuco e Paraíba. Este ecossistema é um tipo de mata úmida com grande diversidade de vegetação. A fauna da região semi-árida, durante os grandes períodos de estiagem procura refúgio nestes “brejos” das serras. A presença de um remanescente deste ecossistema foi um dos principais atributos considerados pelos técnicos do órgão ambiental no processo de reconhecimento da RPPN.

A **RPPN Reserva Ecológica do Caraguatá**, em Santa Catarina, representa um grande fragmento de floresta em estado primário onde se situa um dos poucos relictos de *Araucária angustifolia* (Pinheiro brasileiro) que ocorriam esparsos dentro da Floresta Ombrófila Densa do estado.

Dos mais de cinco mil hectares que compõem o parque da **RPPN Parque das Nascentes (Parque Ecológico Artex)**, em Santa Catarina, cerca de 650 são de mata primária, inalterada. Na **RPPN Reserva Burgerkopf**, também neste estado, existe ainda 10% de cobertura de floresta primária



ou primária muito pouco alterada, inserida na maior mancha de Mata Atlântica do Vale do Itajaí.

CAPÍTULO 5: A CONTRIBUIÇÃO DAS RPPN À PESQUISA CIENTÍFICA E À CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Maria Cristina Weyland Vieira

PESQUISAS CIENTÍFICAS EM BIODIVERSIDADE

As pesquisas científicas que vêm sendo realizadas nas RPPN da Mata Atlântica são muito relevantes para o conhecimento deste bioma, especialmente nos ramos da biologia (botânica e zoologia), geografia e geologia. Tais pesquisas têm sido realizadas por diversas instituições, gerando inúmeras publicações. Citamos abaixo alguns dos muitos exemplos do que tem sido realizado nas RPPN, em prol do conhecimento sobre a biodiversidade da Mata Atlântica.

Em algumas RPPN de Alagoas, em terras de usinas de açúcar e álcool são realizadas pesquisas científicas de fauna e flora pelo Instituto para Preservação da Mata Atlântica, com envolvimento de universidades do estado.

Na **RPPN Estação Veracruz**, na Bahia, através de parcerias entre a Veracel (proprietária da RPPN) e universidades e centros de pesquisa, já foram catalogadas mais de 300 espécies de vertebrados, e há um número certamente maior de invertebrados a serem identificados. A diversidade é semelhante entre as árvores, cujo levantamento já atingiu quase 300 espécies. Essa área é a maior RPPN localizada integralmente no domínio da Mata Atlântica.

No **Complexo de RPPN da Serra Bonita**, no Sul da Bahia, está sendo implantada uma infra-estrutura para pesquisa científica, incluindo laboratórios, salas de coleções e um auditório. Um alojamento, para acomodar pesquisadores, professores e estudantes está em fase avançada de



construção. Este centro de referência ambiental já abriga uma das maiores e mais importantes coleções de Lepidópteros neotropicais do mundo, organizada pelo pesquisador Vitor Becker, um dos proprietários destas RPPN.

Na **RPPN Cafundó**, no Espírito Santo, já foram catalogadas cerca de 240 espécies de aves e 37 mamíferos. Os grupos de invertebrados (moluscos e insetos) também já foram inicialmente investigados, tendo sido detectada presença de espécies endêmicas da Mata Atlântica e ameaçadas de extinção.

A **RPPN Feliciano Miguel Abdala**, em Minas Gerais, foi assim denominada em homenagem ao seu primeiro proprietário, que desde os anos 70 disponibilizava sua fazenda como laboratório natural para pesquisas em relação à preservação de espécies. Nos últimos 25 anos, a mata da fazenda transformou-se em uma das áreas melhor investigadas cientificamente no Brasil. A parceria entre a Fundação Biodiversitas, Conservação Internacional-Brasil e a Associação Pró-Estação Biológica de Caratinga, rendeu mais de 50 estudos e projetos, incluindo 35 teses de mestrados, doutorado e pós-doutorado, que ampliaram o conhecimento sobre a Mata Atlântica e a ecologia de primatas ameaçados de extinção. Os levantamentos faunísticos resultaram na identificação de 204 espécies de aves, 79 de mamíferos e 37 de anfíbios.

A **RPPN Comodato Reserva de Peti**, em Minas Gerais, foi criada em 2001 a partir de uma unidade inaugurada por iniciativa da CEMIG, em 1983, para se tornar um centro de pesquisas da fauna e flora nativas. A RPPN recebe pesquisadores e alunos universitários para cursos de campo, sendo uma importante área para pesquisa e formação de pessoal, além de ter um criadouro de animais com fins conservacionistas. Além dos objetivos científicos, esta RPPN tem contribuído para a formação acadêmica,

através de convênios com centros de pesquisa e universidades, com estudos nas áreas de mastofauna, ornitofauna, herpetofauna, entomofauna e ictiofauna. Os resultados de tais inventários identificaram: 556 espécies de insetos, 502 espécies de vegetais, 256 espécies de aves, 39 espécies de mamíferos, 26 espécies de répteis, 24 espécies de anfíbios e 10 espécies de peixes.

Na **RPPN Panelão dos Muriquis**, em Minas Gerais, foram encontradas cerca de 170 espécies de orquídeas sendo algumas endêmicas e mais de 270 espécies de aves. Até o momento já foram encontradas 107 famílias de plantas superiores e 24 famílias de plantas inferiores, num total de 1600 espécies.

Na **RPPN Guilman Amorim**, em Minas Gerais foram identificadas 135 espécies nativas de flora da Mata Atlântica. No que concerne às espécies de fauna foram encontradas 33 espécies de mamíferos não voadores, 16 espécies de quirópteros, 24 espécies de anfíbios, 11 de répteis, e 126 de aves.

Nos anos 80, a ALCOA, em parceria com a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, realizou um levantamento das aves existentes em Poços de Caldas, publicando em 1999 a Lista de Aves do Planalto de Poços de Caldas, com espécies identificadas em várias áreas da empresa, incluindo as RPPN Morro das Árvores e Retiro Branco, em Minas Gerais.

Na **RPPN Fazenda Lagoa**, em Minas Gerais, em fase final de reconhecimento como RPPN, foi realizado um levantamento extensivo da avifauna pelo ornitólogo Fernando Pacheco, que gerou uma listagem de aproximadamente 350 espécies de aves. Em função deste estudo o município de Monte Belo, onde está a RPPN, foi considerado como “área prioritária para conservação” no Atlas de Biodiversidade de Minas Gerais.



Na **RPPN Reserva Natural Salto Morato**, no Paraná, os levantamentos de fauna já registraram 83 espécies de Mamíferos 328 espécies de aves e 29 espécies de répteis (20% do total listado no Paraná). As 27 pesquisas científicas realizadas nesta RPPN, desenvolvidas, sobretudo, pela Universidade Federal do Paraná, já resultaram em 7 teses de doutorado e 4 dissertações de mestrado.

Na **RPPN Estadual Morro da Mina**, no Paraná são desenvolvidas pesquisas científicas visando a geração de conhecimentos sobre a diversidade biológica e o desenvolvimento de tecnologias para conservação e uso racional dos recursos naturais. Atualmente estão sendo desenvolvidas pesquisas abordando restauração florestal, monitoramento do carbono, levantamento de avifauna e anfíbios.

Na **RPPN Nossa Senhora do Oiteiro de Maracaípe**, em Pernambuco, são realizadas pesquisas nos ecossistemas de restinga e manguezal. Pesquisas em ecossistemas de Mata Atlântica são também desenvolvidas na **RPPN Frei Caneca** e na **RPPN Fazenda Santa Beatriz de Carnijó**, ambas em Pernambuco. As pesquisas são realizadas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e pelo CEPAN.

A flora da **RPPN Fazenda Bitury**, em Pernambuco, segundo a professora e pesquisadora Margareth Sales, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, “constitui a mais expressiva relíquia vegetal do Estado de Pernambuco, com alta diversidade florística”. O trabalho publicado sobre as plantas vasculares das florestas serranas de Pernambuco revelou existirem 200 espécies nos limites da RPPN. Nesta Reserva também ocorrem várias espécies de bromélias antes consideradas extintas, como *Vriesea limae* e *Dyckia pernambucana*, ambas endêmicas da Mata Atlântica do Nordeste, ao norte do rio São Francisco. O levantamento preliminar da fauna revelou a presença de 66 espécies de aves.

Na **RPPN Fazenda Bom Retiro**, no Rio de Janeiro, vêm sendo desenvolvidas pesquisas científicas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), FIOCRUZ, Associação Mico-Leão-Dourado e Sociedade Brasileira de Bromélias. O levantamento de aves foi realizado pelo ornitólogo Fernando Pacheco, que identificou 121 espécies nesta reserva.

No Rio Grande do Sul, a **RPPN Mira-Serra** desenvolve, entre outras pesquisas, levantamento da fauna e flora, estudo qualitativo das trilhas, translocação e soltura de animais silvestres, estudo sócio-econômico da comunidade local, além de estudos de parâmetros físico-químicos e biológicos de nascentes da sub-bacia da região da RPPN.

Na **RPPN Reserva Ecológica do Caraguatá**, em Santa Catarina, foi elaborado um levantamento das bromélias locais por uma equipe do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e são feitas coletas botânicas pela equipe do Herbário Barbosa Rodrigues, de Itajaí-SC. No mesmo estado, na **RPPN Caetezal**, estão sendo iniciadas as primeiras pesquisas sobre fungos por pesquisadores da Universidade de Blumenau.

Na **RPPN Fazenda Agro-pastoril Gonçalves**, em São Paulo, foram realizados estudos de flora e fauna por pesquisadores da USP, tendo sido também realizadas pesquisas sobre recursos hídricos para o projeto Biota, da FAPESP.

Na **RPPN Rizzieri**, em São Paulo, foram realizados alguns levantamentos de fauna e flora. O Projeto Matrizes, da ESALQ/USP, permitiu o levantamento preliminar de angiospermas arbóreas. Este projeto foi complementado por um segundo levantamento de angiospermas, para uma Tese de Doutorado de Santiago dos Santos. Em 2003 foi realizado um levantamento preliminar dos lepidópteros por pesquisadores da UNICAMP/UNISantos.



FAUNA E FLORA AMEAÇADA DE EXTINÇÃO

Na **Reserva Quebra-Carro**, em Alagoas, cujo processo de reconhecimento da RPPN está em andamento, é desenvolvido um projeto de criadouro científico do mutum-de-Alagoas, endêmico do estado e ameaçado de extinção.

No **Complexo de RPPN Serra Bonita**, no sul da Bahia, das seis espécies originais de primatas, quatro ainda estão presentes e protegidas nestas reservas, sendo três delas incluídas na lista de espécies ameaçadas do Ibama (*Leontopithecus chrysolemas*, *Cebus xanthosternos* e *Callicebus personatus*). Os 1.200 hectares protegidos pelas quatro RPPN que compõem o complexo representam um dos últimos refúgios destas espécies na região.

Na **RPPN Feliciano Miguel Abdala**, em Minas Gerais encontra-se um dos últimos refúgios do miquiqui-do-norte ou mono-carvoeiro (*Brachyteles hypoxanthus*), o maior primata das Américas. O Miquiqui, de acordo com dados da Conservação Internacional, da Fundação Margot Marsh e da Comissão de Sobrevivência de Espécies da União Mundial para a Natureza (UICN), está entre as 25 espécies mais ameaçadas no mundo. Vale ressaltar que a reserva abriga cerca de 1/3 da população selvagem conhecida do miquiqui-do-norte. A RPPN abriga também outras espécies em extinção como o sagüi-da-serra ou sagüi-taquara (*Callithrix flaviceps*), considerado um dos mais ameaçados dessa família, e o barbado ou bugio (*Alouatta guariba*), que está em situação vulnerável.

A **RPPN Mata do Sossego**, em Minas Gerais, bem como seu entorno, são o habitat natural de várias espécies ameaçadas de extinção, tais como o miquiqui (*Brachyteles hypoxanthus*), a onça-parda (*Puma concolor*), o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*) e a samambaiçu (*Dicksonia sellowiana*).

Na **RPPN Comodato Reserva de Peti**, em Minas Gerais, são encontradas espécies ameaçadas de extinção, como a onça-parda (*Felis concolor*), a onça pintada (*Panthera onca*) a lontra (*Lutra longicaudis*), o macaco-sauá (*Callicebus personatus*), o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), o jacuguassu (*Penelope obscura* subsp. *Bronzina*), e o pavó ou pavão-do-mato (*Pyroderus scutatus*), transformado em símbolo da reserva. Nesta RPPN está sendo realizado um trabalho pioneiro de reprodução em cativeiro para reintrodução no habitat natural do jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*).

Nas **RPPN Fazenda São Lourenço e Fazenda Boa Esperança** da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, localizadas na Zona da Mata - Minas Gerais, existem algumas espécies ameaçadas de extinção, como a jaguatirica (*Leopardus pardalis*) e o macaco bugio (*Alouatta guariba*).

Na **RPPN Usina Mauricio**, em Minas Gerais, e na **RPPN Estação Veracruz**, na Bahia, foi documentada uma das mais raras aves brasileiras, ameaçadíssima de extinção, o gavião real (*Harpya harpya*).

Na **RPPN Fazenda Lagoa**, em Minas Gerais, em fase final de criação, além da identificação de espécies raras da fauna como o pavó (*Pyroderus scutatus*) e o urubu-rei (*Sarcoramphus papa*), foram realizadas dissertações de mestrado sobre 2 espécies de primatas também ameaçadas de extinção: sauá (*Callicebus personatus*) e sagüi-da-serra Escuro (*Callithrix aurita*).

Em Pernambuco, foi publicada uma listagem da Flora Ameaçada dos Brejos de Altitude, com base no levantamento florístico realizado na **RPPN Fazenda Bituri**. Nesta foram encontradas também diversas aves ameaçadas de extinção: *Conopophaga lineata* (Chupa-dente) e *Synallaxis infuscata* (Tatac), *Tangara fastuosa* (Pintor-verdadeiro) *Tangara cyanocephala* (Pintor-mirim) e *Carduelis yarellii* (Pintassilva).



Ainda em Pernambuco, a **RPPN Frei Caneca** possui 86% das espécies de bromélias registradas para o Estado, sendo a primeira maior riqueza em número de gêneros por unidade de área no Brasil. A RPPN abriga 16 espécies de bromélias ameaçadas de extinção das quais seis são endêmicas a mata Atlântica do Nordeste, ao norte do rio São Francisco. Possui também 20 espécies de aves endêmicas das quais três estão ameaçados de extinção: *Myrmeciza ruficauda*, *Synallax infusata* e *Tangara fastuosa*.

Na **RPPN Fazenda Bitury**, em Pernambuco, foram descritas duas espécies novas: *Byrsonima pedunculata* e *Bunchosia pernambucana* e um novo gênero monotípico de Scrophulariaceae.

A DESCOBERTA DE ESPÉCIES NOVAS PARA A CIÊNCIA

Na **RPPN Serra do Teimoso**, na Bahia, o Inventário florístico gerou uma lista de 600 espécies, dentre as quais seis são novas para a ciência.

Dentre as espécies identificadas nos levantamentos de fauna e flora na **RPPN Comodato Reserva de Peti**, em Minas Gerais, quatro são novas, dentre elas a libélula que recebeu o nome científico de *Heteragrion petiense*, homenageando assim a reserva, o coleóptero *Aereniphaula machadorum*, uma rã diurna do gênero *Hylodes sp.*, ainda não descrita, e uma canela, que foi denominada *Licaria triplicalyx*.

Na **RPPN Fazenda Lagoa**, Monte Belo, Minas Gerais (em fase final de criação) foram descobertas algumas espécies novas de fauna e flora: duas espécies de anfíbios, pelo herpetólogo Adão Cardoso (in memoriam), e duas plantas. A primeira delas, uma espécie arbórea de figueira, já foi descrita e nomeada *Ficus lagoensis* C. C. Berg Carauta, em homenagem à fazenda.

Na **RPPN Frei Caneca**, em Pernambuco, duas novas espécies de Bromélia foram descritas: *Neoregelia pernambucana* e *Aechmea gustavoi*. A etimologia homenageia o proprietário da RPPN, Gustavo Barros, um entusiasta na preservação dos remanescentes florestais locais.



CAPÍTULO 6: FAZENDA E NATUREZA DE MÃOS DADAS: PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOTURISMO EM RPPN

Maria Cristina Weyland Vieira

As reservas naturais privadas costumam ser palco para as mais variadas atividades e programas de educação ambiental e ecoturismo, mesmo antes de serem reconhecidas como RPPN. Trata-se de espaços privilegiados, cenário ideal para estas iniciativas.

No sentido de divulgar uma parcela dessas interessantes experiências de sensibilização de gerações atuais e futuras para a importância da conservação em terras privadas, foram selecionados alguns exemplos de projetos e ações nas RPPN da Mata Atlântica.

No Nordeste, o **Instituto para a Preservação da Mata Atlântica** (IPMA) vem desenvolvendo um programa de Educação Ambiental em várias usinas de açúcar e álcool de Alagoas, envolvendo diversas RPPN, através de seminários de percepção. Além disso, o IPMA, importante parceiro das RPPN da Mata Atlântica do Nordeste, vem implantando um sistema de placas de aviso e de sinalização que são úteis aos programas de Educação Ambiental.

Na **RPPN Estação Veracruz**, na Bahia, são desenvolvidas atividades de Educação Ambiental e ecoturismo, visando a sensibilização e a conscientização dos visitantes em relação à proteção do meio ambiente. Estudantes e professores de diversas regiões do Brasil, além de turistas brasileiros e estrangeiros, que vão conhecer a Costa do Descobrimento, visitam a Estação Veracruz, onde assistem à palestras no Centro de Visitantes e, acompanhados pelos monitores da

reserva, conhecem um pouco mais da Mata Atlântica através de trilhas interpretativas.

Na **RPPN Ecoparque de Una**, na Bahia, foi implantada a primeira passarela suspensa na copa das árvores do país. Esta passarela fica a mais de 20 metros de altura e a travessia é feita com acompanhamento de monitores da comunidade local. Das plataformas podem ser avistadas bromélias, orquídeas e outras plantas de um ponto de vista inédito, de cima para baixo. As trilhas existentes nas florestas desta RPPN contam com equipamentos e condições para pessoas de todas as idades.

Na **RPPN Reserva Natural da Serra do Teimoso**, na Bahia, foi desenvolvido um programa de Educação Ambiental intitulado “Viver a Mata Atlântica”, tendo como público-alvo os estudantes do município sede, que foi embrião para um programa “Classe Verde” na escola municipal. A RPPN vem sendo palco de vários cursos voltados para a difusão de conceitos conservacionistas e realização de cursos sobre Educação Ambiental, conservação da biodiversidade, manejo de unidades de conservação e outros temas.

A **RPPN Arajara Park**, no Ceará, desenvolve um projeto turístico que inclui um parque aquático temático de 27 hectares, localizado a 10 Km do centro de Barbalha. Esta reserva possui 214 fontes de água e abriga animais em extinção, como onça pintada *panthera onca*. Outro ponto turístico é a Gruta de Arajara, uma formação arenítica, navegável em pequenos botes de borracha. O projeto inclui hotéis dentro de um parque ecológico. Antes de se chamar Arajara o distrito se chamava Ubajara. Foi lá que Luiz Gonzaga, quando menino, aprendeu a tocar sanfona. Ainda no Ceará, a **RPPN Monte Alegre** desenvolve um trabalho de educação e mobilização social com a comunidade do entorno.



A **RPPN Monte Alegre**, no Ceará, desenvolve um trabalho de educação e mobilização social com a comunidade do entorno. O Instituto Ambiental Cafundó tem desenvolvido um programa de educação conservacionista e uso público da **RPPN Cafundó**, no Espírito Santo, disponibilizando parte da área para recepção de grupos organizados de terceira idade, estudantes, naturalistas, observadores de aves, religiosos e outros interessados. Nesta reserva o Instituto Ambiental Cafundó tem promovido a convivência e a troca de experiências com a natureza através de atividades ecoturísticas, tais como caminhadas contemplativas, excursões às trilhas das matas e banhos de rio. Na Fazenda Cafundó, além da infra-estrutura já existente (alojamento e cantina), está sendo construído um centro de recepção de visitantes, através de um projeto patrocinado pela Aliança para a Conservação da Mata Atlântica.

A **RPPN Miguel Feliciano Abdala**, em Minas Gerais, recebe alunos e visitantes do Brasil e do exterior, além de grupos de observadores de aves, para conhecer a grande biodiversidade de sua fauna e flora e especialmente o macaco-muriqui, o primata mais ameaçado de extinção das Américas e símbolo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Na **RPPN Alto da Boa Vista**, em Minas Gerais, são desenvolvidas atividades de Educação Ambiental, turismo e lazer, como caminhadas e esportes de aventura. Em 2004 esta reserva teve aprovado um projeto, visando a implantação de um Centro de Visitantes, com recursos da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, a ser desenvolvido em 2004/2005.

A **RPPN Santuário do Caraça**, a maior RPPN de Minas Gerais, vem se caracterizando como um parque ecológico, reforçando o desenvolvimento do ecoturismo. Após enfrentar vários problemas de depredação do patrimônio histórico e

ambiental, a Província Brasileira da Congregação da Missão implantou, em parceria com a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), o Projeto Caraça, para ordenar a atividade turística e utilizar o contato com os visitantes para a prática da Educação Ambiental (Consuelo Paganini, em texto na Internet).

Na **RPPN Guilman-Amorim, em Minas Gerais** são desenvolvidas atividades de pesquisa e Educação Ambiental, tendo sido publicada uma cartilha sobre a Trilha da Jaguatirica, (auto-guiável), com 800 metros de extensão. No interior da **RPPN Mata do Jambreiro**, em Minas Gerais funciona o Centro de Educação Ambiental (CEA) da MBR, uma parceria com a AMDA. Um trabalho de conscientização ecológica vem sendo desenvolvido junto à comunidade, através de cursos básicos de formação de monitores ambientais, Educação Ambiental para professores de 1º grau, visitas orientadas de alunos e atividades junto à comunidade.

Na **RPPN Comodato Reserva de Peti, em Minas Gerais**, um amplo trabalho foi realizado com o objetivo de desenvolver e aplicar tecnologia em programas de Educação Ambiental, primeiramente nesta reserva e posteriormente, em outras áreas da empresa. Este trabalho resultou no atual programa para alunos de primeiro e segundo graus das escolas da região e da capital. A RPPN dispõe de uma ampla infra-estrutura, incluindo centro de visitantes e de pesquisa, com auditório para 50 pessoas, alojamento para 20 pessoas, mirantes e uma rede de trilhas, sendo uma delas formatada especialmente para deficientes visuais.

Na **RPPN Mata do Sossego** em Minas Gerais, coordenada pela Fundação Biodiversitas, são desenvolvidos projetos de participação comunitária, incluindo grupos de mulheres, sindicatos e outros segmentos da sociedade local. Entre as atividades desenvolvidas na RPPN destacam-se o pro-



cesso de sensibilização ambiental e organização social das comunidades vizinhas à reserva, na busca pela construção de uma convivência harmoniosa e produtiva com a natureza. Como resultado do processo de mobilização da comunidade foi criada a Ampromatas (Associação dos Amigos Protetores das Matas Simonesienses), organização local que hoje é parceira nas ações desenvolvidas na região. Esta reserva dispõe de um Centro de Vivência e de acomodações para pesquisadores e estudantes.

A Cia. Brasileira de Alumínio desenvolve, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, programas de Educação Ambiental envolvendo a comunidade da região das suas **RPPN, Fazenda Boa Esperança e Fazenda São Lourenço**. Nestes programas são indicadas formas de utilização sustentável dos recursos naturais de propriedades rurais, além de promover atividades de integração comunitária com as comunidades do entorno das reservas.

No Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais da ALCOA, em Poços de Caldas, Minas Gerais, localizado no interior da **RPPN Retiro Branco**, a empresa promove atividades de Educação Ambiental, incluindo excursões de alunos das escolas da região às trilhas interpretativas da RPPN.

Em Bocaina de Minas (MG), a Pousada Fazenda Boa Vista, situada em plena mata na **RPPN Fazenda Boa Vista**, além de propiciar a hospedagem para os que buscam a tranquilidade da natureza, sedia vários tipos de eventos, que requerem locais em contato com a natureza, como vivências e encontros de observadores de aves.

Na **RPPN Mitra do Bispo**, em Minas Gerais, vêm sendo realizados programas de Educação Ambiental e é promovido o ecoturismo de caráter científico. Atualmente, está em andamento um projeto para elaboração de uma passarela

na copa da floresta e de um arquivo fotográfico da RPPN, com apoio da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica. Desde os anos 80, o Instituto Sul-Mineiro de Estudos e de Conservação da Natureza (ISM) vem desenvolvendo um Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo na **RPPN Fazenda Lagoa**, aproveitando-se dos conhecimentos gerados pelas pesquisas biogeográficas realizadas nas florestas da fazenda ao longo dos últimos 20 anos. As matas desta reserva, que encontra-se em fase final de reconhecimento como RPPN, já foram visitadas por mais de 4 mil estudantes.

Na **RPPN Reserva Natural Salto Morato**, no Paraná, já foram envolvidas aproximadamente 170 escolas no programa de Educação Ambiental, com aulas práticas e cursos de capacitação. O programa regular de visitação da reserva tem contemplado 8 mil visitantes ao ano, em média.

Na **RPPN Reserva Ecológica Ita-y-tyba**, no Paraná, são desenvolvidas, desde 1997, atividades específicas de Educação Ambiental, como o plantio de árvores, além do desenvolvimento de um extenso e variado programa didático para grupos de estudantes. Os alunos das escolas públicas de Tibagi são convidados uma vez por ano, na semana do meio ambiente, a participar de um dia voltado à educação ambiental. O plantio de árvores por escolares faz parte do “Dia do Meio Ambiente”, do Projeto Plante uma Árvore. Às pessoas portadoras de necessidades educativas especiais, Ita-y-tyba patrocina um dia em convívio com a natureza, na semana do excepcional. Na RPPN é também desenvolvido um programa de ecoturismo e turismo rural, unindo o relaxamento físico e mental com a Educação Ambiental.

Na **RPPN Estadual Morro da Mina**, no Paraná são realizadas práticas de educação ambiental direcionadas à disseminação do conhecimento gerado à comunidade local, ao meio científico e empresarial.



Na **RPPN Fazenda Brejo**, em Pernambuco, que preserva um dos pitorescos brejos de altitude pernambucanos, como são chamadas as florestas altas do estado, são desenvolvidas atividades de Educação Ambiental, havendo um centro de treinamento e uma pousada. Na **RPPN Fazenda Santa Beatriz de Carnijó**, também em Pernambuco, são desenvolvidas atividades de Educação Ambiental. Nesta reserva há estrutura para a prática do ecoturismo, incluindo restaurante para os visitantes e trilhas ecológicas.

Na **RPPN Fazenda Bom Retiro**, no Rio de Janeiro, foi implantado um programa de ecoturismo, composto de visitas guiadas na Mata Atlântica, hospedagem de pesquisadores da Reserva Biológica de Poço das Antas, vizinha à RPPN, observadores de pássaros, grupos de escoteiros, clubes de 3º idade, etc. São também organizados seminários voltados para proteção da natureza. Há também, desde 1996, um programa de Educação Ambiental, com as escolas da rede pública e privada, nas quais apresentam-se palestras sobre “As RPPN e sua importância para a conservação da Mata Atlântica”.

Na **RPPN Fazenda Agro-Pastoril Gonçalves**, em São Paulo, onde foi implantada uma rede de trilhas, há um esquema de visitação pelas escolas de Tapiraí, assim como visitas de turistas brasileiros e estrangeiros para conhecer a reserva e o projeto Casa do Palmito. Na **RPPN Rizzieri**, em São Paulo, são desenvolvidos, desde 2002, projetos voltados para todos os níveis de educação, desde o fundamental até o universitário. Há uma parceria com a Unimonte e com a UniSantos para programas relacionados com mini-cursos, palestras e seminários. Está sendo realizado também um projeto de aproximação da comunidade do entorno da reserva. Nas principais trilhas da RPPN são organizadas visitas agendadas e monitoradas.

A **RPPN Reserva Ecológica Amadeu Botelho**, em São Paulo está situada em uma fazenda do início do século XX, que atualmente desenvolve a policultura, educação e turismo ecológico rural.

Em uma zona de proteção de mananciais, no estado de São Paulo, foi criada a **RPPN Rio dos Pilões**, pelos empreendedores do condomínio residencial Ibirapitanga (nome indígena do pau-brasil), abrangendo 70% da área total. A RPPN pertence a todos os proprietários dos lotes, o que permite criar uma consciência coletiva de preservação através de gerações. A área da RPPN foi doada à Associação dos Proprietários da Reserva Ibirapitanga, encarregada de zelar por este patrimônio natural e pela implementação das ações de Educação Ambiental da comunidade, com um programa de trilhas interpretativas, de recantos de contem-plaçãõ da natureza e de um Centro de Interpretação Ambiental.



CAPÍTULO 7: RPPN COMO POSTOS AVANÇADOS DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Henrique Fragoso Berbert de Carvalho,
Flávio dos Santos Leopoldino
Afrânio Farias de Menezes
Carlos Alberto Bernardo Mesquita

Os Postos Avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica são centros de divulgação e informação das idéias, conceitos, programas e projetos desenvolvidos na Reserva. Para que uma área seja reconhecida como Posto Avançado da RBMA é necessário que seus responsáveis desenvolvam pelo menos duas das três funções básicas da Reserva, que são: proteção da biodiversidade; desenvolvimento sustentável; conhecimento científico.

Além disso, uma reserva para ser reconhecida como Posto Avançado tem que ter pelo menos uma parte do seu território dentro do perímetro da Reserva da Biosfera. Atualmente cinco RPPN, todas localizadas no Nordeste brasileiro (duas no Sul da Bahia e três em Alagoas), possuem o título de Posto Avançado.

Reserva Natural da Serra do Teimoso (Jussari, Bahia)

A Reserva Natural Serra do Teimoso, com 200 hectares, está situada no município de Jussari, Sul da Bahia, e foi reconhecida como RPPN em 1997. Em outubro de 2000, esta unidade de conservação foi reconhecida como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, sendo importante local para a realização de estudos técnico-científicos, atividades de Educação Ambiental e ecoturismo. Esta RPPN integra o Corredor Central da Mata Atlântica, na transição entre a floresta úmida do litoral e a floresta

mais seca do interior. A combinação desses dois tipos de vegetação torna esta área rica em espécies endêmicas, de grande importância para a pesquisa científica. Possui mata de encosta, caracterizada por árvores que alcançam de 20 a 50m de altura, apresentando um grande número de epífitas vasculares, samambaias arbóreas, palmeiras etc. Os jequitibás encontrados nesta floresta estão entre os maiores descritos no Brasil. Na reserva podem ainda ser encontrados alguns dos últimos exemplares de pau-brasil, do Sul da Bahia, com níveis de regeneração natural entusiasmantes.

Apostar em atividades que, no futuro, possam viabilizar a sustentabilidade da reserva tem sido uma característica dos proprietários, seja nos esforços de divulgação, seja nas tentativas de atrair pesquisadores para o local. Neste contexto, várias pesquisas foram realizadas, com resultados já publicados, e outras estão em andamento, destacando-se duas dissertações de mestrado, publicações em congressos e revistas científicas internacionais. Como resultados destas pesquisas, pode-se destacar o registro de espécies novas para a ciência.

O programa de Educação Ambiental “Viver a Mata Atlântica” atingiu 268 alunos do ensino fundamental do município local apenas no ano de 2000. Este programa levou a uma maior integração entre a reserva e a comunidade, sendo caso de estudo de dissertação de mestrado, com um artigo publicado nos anais do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, tornando-se o embrião para o atual programa curricular alternativo “Classe Verde”, no Colégio Municipal Plínio de Almeida. Posteriormente, este programa foi ampliado, com apoio da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, assumindo um caráter regional.

A propriedade foi adaptada para a realização de cursos voltados para a difusão de conceitos conservacionistas.



Foram adaptadas instalações para um centro de capacitação e um laboratório, também com o apoio da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica. Recente-mente a PRESERVA em parceria com o IESB e com apoio do Programa de Incentivo as RPPN da Aliança, realizaram na reserva o Primeiro Curso de Guardas-Parques de Reservas Particulares na Bahia. Durante os cinco dias de curso, os 28 participantes receberam informações e discutiram sobre noções de ecologia; categorias de unidades de conservação; formatação e monitoramento de trilhas; primeiro socorros, prevenção e combate de incêndios; interpretação ambiental e relações humanas.

Ecoparque de Una

O Ecoparque de Una é um projeto demonstrativo de ecoturismo, localizado no sul do Estado da Bahia, no município de Una, 45 km ao sul de Ilhéus (ver mapa). Trata-se de uma parceria do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB) com a Conservação Internacional (CI). Tem como principal objetivo demonstrar a viabilidade do ecoturismo como uma das alternativas econômicas dando ênfase às possibilidades de desenvolvimento de empreendimentos comerciais que sejam ambientalmente amigáveis.

Trata-se de um empreendimento pioneiro no Brasil, que cria oportunidades econômicas e de conservação para a região de Mata Atlântica do Sul da Bahia, uma das mais ameaçadas do planeta. Seus objetivos específicos são:

- Ser um empreendimento demonstrativo da potencialidade do ecoturismo como uma atividade econômica alternativa, compatível e dependente da conservação dos recursos naturais do sul da Bahia;
- Oferecer aos visitantes a oportunidade de contato direto com o meio ambiente, de forma interativa e dinâmica,

proporcionando um aprendizado agradável sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais e culturais visitados;

- Realizar atividades de educação ambiental com as comunidades locais e adjacentes, bem como com os demais visitantes, buscando conscientizá-los para a importância da conservação ambiental;
- Garantir a conservação de um importante corredor de vegetação entre a Reserva Biológica de Una e remanescentes localizados ao seu redor, através da criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN;
- Ser uma unidade de pesquisa sobre a Mata Atlântica e sua biodiversidade.

O seu reconhecimento como RPPN ocorreu em 1999, e em 2001 foi homologado como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Sua área abrange 383 hectares, com um sistema de gestão que obedece às normas de um plano de uso e às diretrizes do IESB. Além disso, seu plano de manejo está sendo elaborado, com o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Há duas trilhas abertas aos visitantes. A principal, com 2 Km, está formatada em circuito e dá acesso à passarela suspensa na copa das árvores (a primeira implantada no Brasil), permitindo ao visitante conhecer uma porção bem preservada da Mata Atlântica, a uma altura de até 21 metros, com chances de avistar grupos de micos-leões-dourados (*Leontopithecus chrysomelas*). No início desta trilha, que passa por uma plantação de seringueiras, os visitantes aprendem como se extrai o látex dessa árvore e quais são os produtos fabricados a partir dele.



As trilhas recebem cuidados especiais quanto ao controle de erosão, drenagem, segurança e conforto do visitante. Com apoio da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica foi possível ampliar a cabana de recepção e construir uma lojinha e implantado um sistema de sinalização interpretativa.

Mais de 25 mil pessoas já visitaram o Ecoparque de Una, desde sua abertura, em fevereiro de 1998. Destes, mais de 7 mil foram estudantes, sendo 60% oriundos de escolas públicas da região, o que faz com que o ecoparque desempenhe um importante papel de sensibilização para a conservação regional.

O Ecoparque de Una já foi objeto de pesquisa de sete teses de mestrado e cinco de doutorado. Além disso, estão sendo realizados estudos sobre o comportamento de duas espécies ameaçadas de extinção: a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), e o macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*).

Sítio Pau-Brasil (integrando as RPPN Lula Lobo e Fernando Ferreira, em Coruripe, Alagoas)

Por decisão da diretoria, a Usina Coruripe resolveu transformar os 7.544 hectares de Mata Atlântica existentes nas terras da empresa em RPPN. Até o momento, pouco menos de 300 hectares já foram reconhecidos. Mas a propriedade como um todo obteve o título de Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

O programa foi iniciado depois de uma solicitação feita à gerência executiva do IBAMA, que oficializou as primeiras reservas. Para manter a área intacta, a usina tem travado uma verdadeira batalha, principalmente contra os ladrões de madeira e caçadores que tentam exterminar as espécies existentes no local.

Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Usina Coruripe, na área ambiental, o Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, vinculado à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) concedeu à empresa o certificado de primeiro Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Alagoas. O nome deste Posto Avançado faz referência ao fato de que encontram-se nestas duas RPPN e nas matas remanescentes da propriedade a maior concentração de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) nativo de todo o nordeste brasileiro.

A seguir, apresentam-se algumas das atividades desenvolvidas pelos proprietários, desde a implantação do Posto Avançado:

- **Proteção da flora:** isolamento das matas existentes; geo-referenciamento das árvores produtoras de sementes; contratação de guardas-parque treinados pela Polícia Ambiental; recuperação de áreas degradadas; programa de produção de mudas e reflorestamento, com o plantio de 90.000 mudas de espécies nativas;
- **Proteção da fauna:** fiscalização contra caça; ronda permanente de policiais; programa de reintrodução de espécimes nas matas; parceria com o IBAMA e o órgão ambiental estadual (IMA) para programa de reprodução de espécies ameaçadas;
- **Proteção de nascentes:** as nascentes das matas da Usina Coruripe estão todas cercadas, tendo sido plantadas espécies nativas em suas margens, observando-se uma faixa de 100 metros;
- **Educação Ambiental:** o Posto mantém um programa de Educação Ambiental com visitação às matas, inclu-



indo encenações de teatro, palestras e concursos, que atendem a cinco escolas municipais, com mais de 3 mil alunos, além de diversas escolas particulares, com mais 2.500 alunos;

- **Social:** O Posto mantém duas creches, sendo uma para moradores do entorno e outra para filhos de artesãos. O Posto tem um programa de distribuição de lenha que evita a retirada deste produto das matas da Usina.
- **Pesquisa:** O Posto, em convênio com a Universidade Federal de Alagoas, oferece duas bolsas anuais de pesquisa para pós-graduação. Além disso, mantém convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), disponibilizando suas matas para os pesquisadores realizarem seus trabalhos;
- **Desenvolvimento sustentável:** O Posto fomentou a criação da Associação das Artesãs e implantou cerca de 600 hectares de cultivos de ouricuri, dendê, cambuí e pau-de-jangada, com a finalidade de estimular o artesanato local, bem como diminuir a pressão sobre a mata nativa. Recentemente, o Posto patrocinou a participação de artesãs na Feira Mundial de Artesanato, na França. Além destas ações, o Posto colaborou com a prefeitura de Coruripe na construção da sede da associação e no cadastramento dos associados.

Santuário Ecológico da Fazenda de Santa Tereza (RPPN Fazenda Santa Tereza, Atalaia, Alagoas)

Atividades desenvolvidas pelo Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Santuário Ecológico da Fazenda Santa Tereza:

- **Proteção da biota:** Isolamento das matas existentes; contratação de guardas-parque treinados pela Polícia

Ambiental; recuperação de áreas degradadas; programa de produção de mudas e reflorestamento, com o plantio de 165.000 mudas de espécies nativas; ronda permanente de policiais; programa de reintrodução de espécimes nas matas; parceria com o IBAMA e o órgão ambiental estadual (IMA) no Programa de Reprodução de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. Além disso, o Posto é fiel depositário de animais apreendidos pelo IBAMA, sendo reconhecido também como criatório conservacionista;

- **Proteção das nascentes:** As nascentes das matas das Usinas do Grupo João Lyra estão todas cercadas, tendo diso plantadas espécies nativas ao redor das mesmas, observando-se uma faixa de 100 metros, o dobro do que determina a Resolução CONAMA nº 303, de 20/03/2002;
- **Educação Ambiental:** O Posto mantém um programa de Educação Ambiental, com visitação às matas, encenações de teatro, palestras e concursos, que atendem cerca de dez escolas municipais, com 4.500 alunos, e diversas escolas particulares, com mais 5 mil alunos;
- **Social:** O Posto mantém três creches, para moradores do entorno de suas matas;
- **Pesquisa:** O Posto, em convênio com a Universidade Federal de Alagoas, oferece bolsas anuais de pesquisa para pós-graduação;
- **Desenvolvimento sustentável:** O Posto fomentou a criação da Associação das Artesãs, desenvolvendo também um trabalho de artesanato com tábua com as artesãs locais, que receberam treinamento do SEBRAE, diminuindo assim a pressão sobre a mata nativa. Além disso, o Posto colabora com as prefeituras de Coruripe, Atalaia e União dos Palmares, em diversos programas assistenciais a moradores de baixa renda



CAPÍTULO 8: O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE RPPN

Carlos Alberto Bernardo Mesquita
Henrique Fragoso Berbert de Carvalho
Maria Cristina Weyland Vieira
Cláudia Maria Rocha Costa
Carlos Rodrigo Castro
Deise Moreira Paulo
Alexandre Martinez

BREVE HISTÓRICO

Em 1997, os proprietários de RPPN do Rio de Janeiro fizeram história, criando a primeira associação deste tipo de reservas no Brasil, a Associação Patrimônio Natural-APN. O principal objetivo deste grupo pioneiro era se organizar para lutar por maiores benefícios para as RPPN e apoiar a criação de novas.

Mas no ano anterior, durante o Congresso Brasileiro de RPPN, promovido pelo IBAMA em Brasília, os cerca de 100 participantes deliberaram pela criação da Rede Nacional de Áreas Particulares Protegidas (ReNAPP). Esta associação, entretanto, não se consolidou, justamente pela ausência de alicerces locais, nos estados e regiões, que pudessem mobilizar e integrar os proprietários em um movimento nacional.

A segunda associação de RPPN foi a do Paraná, estado com o maior número de reservas particulares no país, fundada em 1998. Em 2000 e 2001, um grupo de organizações ambientalistas, capitaneadas pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, pela Conservação Internacional e pela Fundação SOS Mata Atlântica,

reunidas em torno do “Núcleo Pró-rede Nacional”, promoveram três encontros estaduais de proprietários, que resultaram na criação das associações de RPPN da Bahia (PRESERVA), de Minas Gerais (ARPEMG) e de São Paulo (RENASP, atual FREPESP). Na mesma época era criada, na Região Norte, a associação das RPPN do estado do Amazonas.

Em outubro de 2001, durante um dos seminários técnicos realizados pelo IBAMA, foi criada a Confederação Nacional de RPPN (CNRPPN), com a missão de integrar os esforços das associações estaduais. Neste mesmo seminário, a equipe do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) anunciou o lançamento do edital para projetos de mobilização e capacitação de RPPN, que viabilizou, entre 2002 e 2003, o fortalecimento e a consolidação do movimento RPPNista.

Através deste edital, o FNMA apoiou a execução de três projetos, abrangendo as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Estes projetos tiveram como resultados, além de um aumento no grau de participação e mobilização dos proprietários de RPPN, a criação de quatro novas associações: Asa Branca, reunindo as RPPN dos estados de Ceará, Piauí e Maranhão; Macambira, integrando os proprietários de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte; APPN, dos proprietários de Pernambuco; e REPAMS, do Mato Grosso do Sul.

Além destas, também no Espírito Santo há um movimento para criação da associação capixaba do patrimônio natural. Outra associação, das reservas de Goiás e do Distrito Federal, foi criada um pouco antes destes projetos.

O papel das associações de proprietários no fortalecimento institucional das RPPN tem sido evidenciado, sobretudo após a realização destes projetos e reformulação da CNRPPN, ocorrida no final de 2003. Na medida que se amplia essa mobilização, cria-se novos espaços de articulação e negociação das RPPN com os órgãos ambientais,



responsáveis pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Um exemplo desse papel se dá na elaboração da regulamentação das RPPN. Enquanto os dois primeiros decretos que regeram a categoria foram elaborados por técnicos do IBAMA, tudo indica que o próximo será resultado de um esforço conjunto, envolvendo IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e associações de proprietários.

Essa parceria tem viabilizado não apenas o acesso aos recursos desse mecanismo econômico de apoio à conservação, mas também fortalecido institucionalmente a própria associação.

AS ASSOCIAÇÕES DE RPPN NO BIOMA MATA ATLÂNTICA

O fortalecimento institucional das RPPN e de suas associações é o principal desafio nesse momento, juntamente com a criação e adoção de políticas públicas que reconheçam a importância dessa categoria de unidade de conservação e ofereçam novos e inovadores mecanismos de compensação e valorização.

A Associação Paranaense de Proprietários de RPPN - RPPN Paraná, foi fundada em 1998, na busca por maior representação junto às prefeituras municipais e ao governo estadual. Desde então, a RPPN Paraná vem realizando um trabalho pioneiro de organização e apoio aos proprietários do estado, e suas ações estão concentradas na divulgação de conceitos conservacionistas e da importância de suas áreas para a proteção dos remanescentes florestais. Hoje, através de convênios com algumas prefeituras, a Associação vem captando recursos para os municípios que possuem RPPN em seu perímetro, destinando, através de acordos validados pelo Ministério Público, parte dessa receita, aos

proprietários, para colaborar no manejo e proteção destas unidades de conservação, apoiado na Lei Complementar Nº 59/91 que dispõe sobre o ICMS ecológico.

No caso do Rio de Janeiro, quando foi criada a APN havia 12 RPPN protegendo 880 hectares no estado. A partir da criação da associação o movimento RPPNista no Rio tomou um bom impulso, havendo hoje 44 RPPN e mais de 4 mil hectares. Além destas, a APN orienta também os autores de 12 requerimentos em tramitação no IBAMA para reconhecimento de novas RPPN. Dentre as RPPN associadas à APN destacam-se o Sítio Santa Fé, que está iniciando atividade apícola e produção artesanal de cachaça, a RPPN União que está concluindo um circuito pelas águas, a RPPN Sítio Shangri'la, que produz doces, geléias e mudas, a RPPN do Centro Metodista Ana Gonzaga, que além da Educação Ambiental presta serviços assistenciais de relevância à comunidade, a RPPN Fim da Picada, com um projeto de preservação da cultura indígena e a RPPN El Nagual, que além de hospedagem produz trabalhos artesanais e comunitários.

A Associação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural e Outras Reservas Privadas de Minas Gerais - ARPEMG - surgiu da necessidade dos proprietários de se organizarem e buscar a troca de experiências, além de buscar um maior apoio por parte dos governos e instituições de fomento a iniciativas de conservação da biodiversidade. Entre os objetivos da ARPEMG destaca-se o incentivo a criação de novas RPPN e o fortalecimento das reservas existentes, através da divulgação e disseminação de informações e atividades desenvolvidas nessas áreas. Atualmente a ARPEMG vem concentrando seus esforços em três grandes projetos: criação de RPPN nos Corredores de Biodiversidade da Mata Atlântica; publicação do Caderno do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica sobre RPPN; organização do Congresso Brasileiro de RPPN.



A Associação de Proprietários de Reservas Particulares da Bahia e Sergipe - PRESERVA soube aproveitar as oportunidades que foram criadas no âmbito do Corredor Central da Mata Atlântica, aprovando projetos direcionados para esta região, fortalecendo a instituição e fomentando a criação de novas RPPN e o planejamento e implementação das existentes. O projeto “Reconhecimento de novas RPPN na porção baiana do Corredor Central da Mata Atlântica”, iniciado em agosto de 2002, com o apoio do Programa de Incentivo às RPPN da Mata Atlântica e recursos do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF-Mata Atlântica) e Bradesco Cartões, está em execução e tem como objetivo contribuir para a proteção da biodiversidade brasileira, através da difusão do conceito e incentivo ao reconhecimento de novas RPPN, visando restabelecer e proteger a conectividade ecológica entre os principais fragmentos florestais remanescentes na região.

Em abril de 2004 a PRESERVA, em parceria com diversas organizações, realizou um inédito e importantíssimo curso de guardas-parques de reservas particulares.

A Associação Asa Branca (RPPN do Ceará, Piauí e Maranhão) nasceu com o espírito e objetivos de lutar pelos interesses dos proprietários, pelo reconhecimento da contribuição dos mesmos para a preservação da natureza e pelo fortalecimento e crescimento da conservação em terras privadas no Brasil, tendo sido criada em 26 de julho de 2003, no Parque Nacional da Serra da Capivara. A Asa Branca esteve envolvida no grupo de trabalho para a reestruturação da Confederação Nacional de RPPN, com o objetivo de tornar seu trabalho mais ágil e efetivo.

A Confederação Nacional de RPPN está empenhada na busca de novas parcerias e alianças pró-RPPN. Além disso, tem buscado levar a representação da comunidade RPPNista à diversos fóruns e grupos de influência, tais

como a Comissão Brasileira do Programa “O Homem e a Biosfera”, da UNESCO (Programa das Reservas da Biosfera) e o Fórum Nacional de Áreas Protegidas.

Fica evidente assim o papel das associações de proprietários, não apenas no intercâmbio de informação e na busca do fortalecimento institucional de si próprias, mas também no fortalecimento das RPPN como categoria de unidade de conservação e como instrumento público de promoção da cidadania, da responsabilidade socioambiental, da conservação da biodiversidade e da proteção do patrimônio natural brasileiro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Viçosa, UFV, Imprensa Universitária. 193p. 1988.
- Capobianco, J.P.R. (org.) Dossiê Mata Atlântica 2001. *Projeto Monitoramento Participativo da Mata Atlântica*. Rede de ONGs da Mata Atlântica, Instituto Socioambiental, Sociedade Nordestina de Ecologia. 2001.
- Costa, C.M.R., Hirota, M.M., Pinto, L.P.S., Fonseca, M.T., Lamas, I.R., Brito, M.C.W., Mesquita, C.A.B. No prelo. *Incentivo a criação e gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) – uma estratégia para a conservação da Mata Atlântica*. Anais do II Congresso Brasileiro de RPPN, Curitiba.
- Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 2000. *SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Texto da Lei 9985 de 18 de junho de 2000 e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional*. Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Caderno nº 18. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
- Langholz, J. *Economics, objectives and success of private nature reserves in Sub-Saharan Africa and Latin America*. Conservation Biology 10(1):271-280.1996.
- Langholz, J.F. *Conservation cowboys: privately-owned parks and the protection of biodiversity in Costa Rica*. PhD. Dissertation. Cornell University. 269p. 1999.
- Lees, A. *Innovative partners: the value of nongovernment organizations in establishing and managing protected areas*. In McNeely, J A ed. Expanding partnerships in conservation. USA, IUCN. p.188-196. 1995.
- Leme, E.M.C. & Siqueira Filho J.A. 2001. *Bromeliads of northeastern Brazil*. Selbyana 22(2): 146-154.
- Martins, I.D.M. Influência das políticas públicas na criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Brasil. Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB. Dissertação de mestrado. 95p. 2003.
- Mesquita, C.A.B. *Caracterización de las reservas naturales privadas en América Latina*. Tesis Mag. Sc. CATIE. Turrialba, Costa Rica, 80p. 1999.
- Mesquita, C.A.B. & Leopoldino, F.S. Incentivando e apoiando criação, manejo e integração entre Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). *In: Anais do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Rede Pró-Unidades de Conservação e Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2002.
- Mesquita, C.A.B. RPPN da Mata Atlântica: um olhar sobre as reservas particulares dos corredores de biodiversidade Central e da Serra do Mar. Aliança para a Conservação da Mata Atlântica. *No prelo*.
- Morsello, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo. Annablume e Fapesp, 2001.
- Wiedmann, S.M.P. *As Reservas Particulares do Patrimônio Natural*. Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Universidade Livre do Meio Ambiente, Curitiba, Brasil. p3-14. 1997.



PÁGINAS DE INTERNET CONSULTADAS (EM 18/08/2004):

www.cibergeo.org/agbnacional/VICBG-2004/Eixo2/E2_131.htm (RPPN Fazenda Pacatuba)

www.cibergeo.org/agbnacional/VICBG-2004/Eixo2/E2_131.htm (RPPN Engenho Gargaú)

www.biodiversitas.org.br/Anais_rppn/caraca.htm
(RPPN do Caraça)

www.biodiversitas.org.br/Anais_rppn/instituto_terra.htm
(RPPN Fazenda Bulcão)

www.cemig.com.br/meio_ambiente/reserv_peti.asp
(RPPN Comodato Ambiental de Peti)

www.rppnfazendabomretiro.com.br
(RPPN Fazenda Bom Retiro)

www.usp.br/siicusp/8osiicusp/resumos/ficha455.htm

www.cgccomunicacao.com.br/on%20host/rs/fz_mandaguay/pautas/FAZENDAMANDA.htm
(RPPN Reserva Ecológica Amadeu Botelho)

www.caraguata.com.br
(RPPN Reserva Ecológica do Caraguatá)

www.ufsc.br/Blumenau/lazer.htm#lazer
(RPPN Parque das Nascentes)

www.bugerkopf.hpg.ig.com.br
(RPPN Parque Bugerkopf)

www.cprh.pe.gov.br
(RPPN Fazenda Tabatinga e RPPN Fazenda Bituri)

www.ecoparque.org.br
RPPN Ecoparque de Una

www.serradoteimoso.com.br
RPPN Reserva Natural da Serra do Teimoso



AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer imensamente a todos os que colaboraram com seu tempo, concedendo entrevistas, elaborando e enviando textos e coletando dados para esta publicação.

Agradecemos em especial à Sabrina Satie (Associação RPPN Paraná), Paulo Melo (Associação Macambira), Sinésio Araújo (Associação Pernambucana do Patrimônio Natural), Laércio e Eduardo (REPAMS), equipe da Conservação Internacional - Programa Pantanal, Luciano de Souza (DIREC/IBAMA), Haroldo Perin (IBAMA/MG), Círio Azeredo Silva (IBAMA/RS), Paulo Motta (IBAMA/RJ) e Elcio Mello (IEF/MG), que de maneira paciente e generosa nos ajudaram a revisar o cadastro de RPPN de seus respectivos estados e associações.

Por final, agradecemos ao Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, pelo convite e desafio feito, em organizar este caderno, que resultou nesta atualíssima crônica sobre as RPPN do bioma e no cadastro mais completo publicado até o momento.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Maria Cristina Weyland Vieira é geógrafa, com mestrado em geociências (UFRJ) e doutorado em engenharia de produção (UFRJ) Atualmente preside duas organizações que atuam no universo das RPPN: o Instituto Sul-Mineiro de Estudos e de Conservação da Natureza e a Associação de RPPN e Reservas Privadas de Minas Gerais. Desde 2003, assumiu a Diretoria Técnica da Confederação Nacional de RPPN e foi neste papel que se empenhou nesta publicação pioneira sobre as RPPN da Mata Atlântica.

Carlos Alberto Bernardo Mesquita é engenheiro florestal, formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com mestrado em conservação da biodiversidade pelo CATIE, em Turrialba, Costa Rica. Trabalha para o Instituto BioAtlântica, organização ambientalista sediada no Rio de Janeiro, onde coordena projetos de conservação em terras privadas. É colaborador da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, pesquisador associado ao IESB e membro da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN e do Conselho Consultivo da Confederação Nacional de RPPN.



SOBRE OS AUTORES

Afrânio Farias de Menezes, coordenador de convênio do Instituto de Meio Ambiente de Alagoas, coordenador do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica de Alagoas e membro do conselho diretor do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Alexandre Martinez, presidente da Confederação Nacional de RPPN e da Associação de Proprietários de RPPN do Paraná.

Carlos Rodrigo Castro, diretor executivo da Associação Caatinga, presidente da Asa Branca (associação de RPPN do Ceará, Piauí e Maranhão) e diretor administrativo-financeiro da Confederação Nacional de RPPN.

Cláudia Maria Rocha Costa, pesquisadora da Valor Natural, organização conservacionista de Minas Gerais, ex-presidente da Associação de RPPN e Reservas Particulares de Minas Gerais.

Deise Moreira Paulo, proprietária das RPPN Sítio Cachoeira Grande e Sítio Santa Fé, no Rio de Janeiro, presidente da Associação Patrimônio Natural e vice-presidente da Confederação Nacional de RPPN.

Flávio dos Santos Leopoldino, coordenador de ecoturismo e áreas protegidas do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia e diretor técnico da PRESERVA (associação de reservas particulares da Bahia e Sergipe).

Henrique Fragoso Berbert de Carvalho, proprietário da RPPN Reserva Natural Serra do Teimoso, presidente da PRESERVA e secretário-geral da Confederação Nacional de RPPN.

João Emídio Lima da Silva, proprietário da RPPN São Lourenço do Funil (em criação, com apoio da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica), em Minas Gerais, conselheiro da Associação de RPPN e Reservas Particulares de Minas Gerais - ARPENMG.

Marilda Cruz Lima da Silva, proprietária da RPPN São Lourenço do Funil (em criação, com apoio da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica), em Minas Gerais, conselheiro da Associação de RPPN e Reservas Particulares de Minas Gerais.



ANEXO 1: COMO CRIAR UMA RPPN

Proprietários rurais que possuem remanescentes de Mata Atlântica em suas terras e desejam garantir a proteção dos mesmos, devem procurar o escritório mais próximo do IBAMA, ou dos órgãos ambientais estaduais, no caso do Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pernambuco.

A criação de uma RPPN se dá pelo reconhecimento do órgão público, mediante portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, na esfera federal, do órgão oficial de meio ambiente, na esfera estadual, e por decreto, na esfera municipal.

Os interessados devem preencher um **Requerimento** e um **Termo de Compromisso** de proteção da área (modelos destes documentos podem ser obtidos no site do IBAMA, www.ibama.gov.br), e abrir um protocolo no órgão, juntamente com os seguintes documentos:

I - Requerimento assinado por quem de direito, dirigido ao órgão ambiental competente, solicitando a criação da RPPN;

II - cópia autenticada da Cédula de Identidade do proprietário e do cônjuge e do representante legal, quando for o caso.

III - cópia autenticada do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), se pessoa jurídica;

IV - prova de quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, correspondente aos últimos cinco exercícios, ressalvados os casos de inexigibilidade e dispensa previstos no art. 20 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1.996, ou certidão negativa de ônus expedida pelo órgão competente;

V - certificado de cadastramento do imóvel no Certificado de Cadastro do Imóvel Rural – CCIR;

VI - cópia autenticada do estatuto ou contrato social da empresa e suas respectivas alterações, passados por certidão da Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

VII - duas vias do Termo de Compromisso assinadas pelo proprietário e cônjuge, ou procurador, ou representante legal, quando pessoa jurídica;

VIII - certidão autenticada da matrícula e registro que comprovem o domínio privado do imóvel onde se pretende criar a RPPN, acompanhada da cadeia dominial cinquentenária ininterrupta e válida, ou desde a sua origem;

IX - Planta georreferenciada da área total do imóvel, com a indicação dos limites de cada matrícula, dos confrontantes e da área proposta para a criação da RPPN, assinada por profissional habilitado, com a devida anotação de responsabilidade técnica – ART;

X - Memorial descritivo georreferenciado dos limites da área proposta como RPPN, indicando a base cartográfica utilizada, assinado por profissional habilitado, com devida anotação de responsabilidade técnica – ART.

A criação da RPPN dependerá de prévia constatação do interesse público pelo órgão ambiental competente, que deverá para tal:

I - Examinar a documentação apresentada;

II - Realizar vistoria do imóvel, de acordo com os critérios estabelecidos;



III - Divulgar no Diário Oficial a intenção de criação da RPPN, e disponibilizar na internet, por um prazo de 20 dias, informações sobre a RPPN proposta, para conhecimento do público em geral.

IV - Avaliar, após o prazo de divulgação, os resultados e implicações da criação da unidade e emitir parecer técnico conclusivo, aprovando a proposta, sugerindo alterações e adequações ou indeferindo a solicitação.

V - Notificar o proprietário, em caso de parecer positivo, para que proceda a sua averbação junto à(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is) afetado(s), no Registro de Imóveis competente.

VI - Efetivar a criação da Reserva, após a averbação do termo de compromisso pelo proprietário, comprovada por certidão atualizada da matrícula do imóvel.

Após a análise e aprovação dos documentos, o órgão enviará um técnico para fazer uma vistoria, no intuito de identificar a relevância da área para a conservação da biodiversidade regional. No caso de um laudo positivo, o órgão responsável publicará uma Portaria de reconhecimento, a qual terá que ser averbada, juntamente com o Termo de Compromisso, à margem da escritura do imóvel. Em seguida, com o comprovante da averbação, o órgão responsável emitirá o Título de Reconhecimento da área como unidade de conservação, categoria RPPN.”

Uma RPPN só poderá ser extinta ou ter seus limites alterados na forma prevista no art. 22 da Lei 9.985/2000.

No processo de criação de uma RPPN, não serão cobrados do interessado os custos das atividades específicas do órgão ambiental responsável.

ANEXO 2: Lista das RPPN localizadas na área de domínio do Bioma Mata Atlântica, sistematizada a partir dos cadastros e das informações do IBAMA (DIREC e Gerências Executivas dos estados), dos órgãos estaduais de meio ambiente e das associações estaduais/regionais de proprietários de RPPN

REGIÃO NORDESTE

Estado: ALAGOAS (7 RPPN; 610,58 ha.)			
Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1992	RPPN Vera Cruz	Chã Preta	115,00
1994	RPPN Fazenda Rosa do Sol	Barra de São Miguel	15,50
1995	RPPN São Pedro	Pilar	50,00
2001	RPPN Fazenda Lula Lobo	Coruripe	68,65
2001	RPPN Francisco Ferreira	Coruripe	219,91
2001	RPPN Gulandim	Teotônio Vilela	41,00
2001	RPPN Reserva Santa Tereza	Atalaia	100,52

Estado: BAHIA (40 RPPN; 12.895,49 ha.)			
Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1990	RPPN Fazenda Avaí	Caravelas	469,10
1990	RPPN Fazenda Coqueiros	Simões Filho	86,96
1991	RPPN Fazenda Itacira	Itapebi	100,00
1994	RPPN Fazenda Kaybi	Ubaíra	5,00
1996	RPPN Fazenda Lontra / Saudade	Entre Rios	1.377,33
1997	RPPN Fazenda São João	Ilhéus	25,00
1997	RPPN Reserva Natural da Serra do Teimoso	Jussari	200,00
1997	RPPN Reserva Salto Apepique	Ilhéus	118,00
1998	RPPN Arte Verde	Ilhéus	10,00
1998	RPPN Araçari	Itacaré	110,00
1998	RPPN Estação Veracruz	Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália	6.069,00
1998	RPPN Fazenda Pindorama	Itabela	47,00
1999	RPPN Água Branca	Valença	97,00
1999	RPPN Ecoparque de Una	Una	83,28
1999	RPPN Fazenda Bom Sossego	Uruçuca	4,70
2000	RPPN Córrego dos Bois	Palmeiras	50,00
2000	RPPN Estância Manacá	Ibicaraí	95,00



2000	RPPN Fazenda Paraíso	Uruçuca	26,00
2000	RPPN Lagoa do Peixe	Caravelas	31,00
2000	RPPN Reserva Fugidos	Pirai do Norte	450,02
2000	RPPN Reserva Panema	São Sebastião do Passé	216,00
2000	RPPN São Joaquim da Cabonha	Cachoeira	257,00
2001	RPPN da Mata Atlântica da Manona	Porto Seguro	7,00
2001	RPPN Dunas de Santo Antônio	Mata de São João	370,72
2001	RPPN Portal do Corupira	Porto Seguro	50,00
2001	RPPN Reserva Pedra do Sabiá	Itacaré	22,00
2001	RPPN Agda	Pojuca	13,39
2002	RPPN Cajueiro	Esplanada	379,00
2002	RPPN Carroula	Prado	15,00
2002	RPPN Juerana	Maraú	27,00
2002	RPPN Reserva da Peninha	Cachoeira	350,00
2002	RPPN Sapucaia	Maraú	18,50
2003	RPPN Ararauna	Una	39,00
2004	RPPN das Dunas	Camaçari	78,00
2004	RPPN Mãe da Mata	Ilhéus	13,00
2004	RPPN Reserva Ecológica Rio Capitão	Itacaré	385,49
2004	RPPN Serra Bonita	Camacan	800,00
2004	RPPN Serra Bonita I	Camacan	200,00
2004	RPPN Serra Bonita II	Camacan	50,00
2004	RPPN Serra Bonita III	Pau Brasil	150,00

Estado: CEARÁ (4 RPPN; 805,31 ha.)

Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1993	RPPN Mercês Sabiaquaba e Nazário	Amontada	50,00
1994	RPPN Sítio Ameixas	Itapipoca	464,33
1999	RPPN Arajara Park	Barbalha	27,81
2001	RPPN Monte Alegre	Pacatuba	263,17

Estado: PARAÍBA (2 RPPN; 1.325,15 ha.)

Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1994	RPPN Engenho Gargaú	Santa Rita	1.058,62
1995	RPPN Fazenda Pacatuba	Sapé	266,53

Estado: PERNAMBUCO (6 RPPN; 914,05 ha.)

Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1997	RPPN Fazenda Tabatinga*	Goiana	19,32
1999	RPPN Fazenda Bituri*	Brejo da Madre de Deus	110,21
2000	RPPN Nossa Senhora do Oiteiro de Maracaípe	Ipojuca	76,20
2001	RPPN Fazenda Santa Beatriz do Carnijó	Moreno e Jaboatão dos Guararapes	25,50
2002	RPPN Frei Caneca	Jaqueira	630,43
2002	RPPN Reserva Natural Brejo	Saloá	52,39

* RPPN reconhecidas pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Pernambuco (CPRH), com base no Decreto Estadual 19815, de 2 de junho de 1997.

Estado: RIO GRANDE DO NORTE (1 RPPN; 2.039,93 ha.)

Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
2000	RPPN Mata Estrela	Baía Formosa	2.039,93

Estado: SERGIPE (1 RPPN; 13,27 ha.)

Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1999	RPPN Fonte da Bica	Areia Branca	13,27

REGIÃO SUDESTE

Estado: ESPÍRITO SANTO (4 RPPN; 586,22 ha.)

Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1998	RPPN Cafundó	Cachoeiro do Itapemirim	517,00
1998	RPPN Santa Cristina	Montanha	29,22
2001	RPPN Reserva Fazenda Sayonara	Conceição da Barra	28,00
2004	RPPN Três Pontões	Afonso Cláudio	12,00



Estado: MINAS GERAIS (81 RPPN; 20.116,73 ha.)			
Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1992	RPPN Fazenda Pedra Bonita	São João	
		Nepomuceno	33,00
1993	RPPN Mata Monlevade	João Monlevade	518,70
1994	RPPN Santuário do Caraça	Santa Bárbara	10.187,89
1994	RPPN Sítio São Domingos/Agartha	Espera Feliz	1,50
1995	RPPN Alto da Boa Vista	Descoberto	96,00
1995	RPPN Fazenda João Pereira	Congonhas	336,73
1995	RPPN Sítio Grimpas	Brumadinho	2,00
1995	RPPN Fazenda Samoinho	Igaratinga	12,50
1997	RPPN Fazenda do Sino	Betim	16,20
1997	RPPN Mata da Califórnia	Salto da Divisa	155,40
1997	RPPN Sítio Estrela da Serra	Olaria	30,10
1997	RPPN Sítio Sannyasim	Descoberto	5,40
1998	RPPN Estação Biológica da Mata do Sossego	Simonésia	133,74
1998	RPPN Fazenda Bulcão*	Aimorés	609,00
1998	RPPN Fazenda dos Cordeiros*	Santa Luzia	13,00
1998	RPPN Fazenda Floresta*	Central de Minas	31,00
1998	RPPN Fazenda Papagaio	Aiuruoca	10,00
1998	RPPN Guilman Amorim*	Antônio Dias	254,00
1998	RPPN Mata do Jambreiro*	Nova Lima	912,00
1998	RPPN Vila Ana Angélica	Antônio Dias	45,93
1998	RPPN Sítio São Francisco	Congonhas	7,50
1999	RPPN Alto da Boa Vista	Descoberto	22,00
1999	RPPN Dr. Marcos Vidigal de Vasconcellos*	Tombos	84,20
1999	RPPN Fazenda Alto da Boa Vista	Bocaina de Minas	55,00
1999	RPPN Fazenda Barra do Pirapetinga	Piranga	21,94
1999	RPPN Fazenda do Iracambi	Rosário da Limeira	70,00
1999	RPPN Jurema*	Conselheiro Lafaiete	436,00
1999	RPPN Ly e Cléo	Monte Sião	1,47
1999	RPPN Mitra do Bispo	Bocaina de Minas	35,00
1999	RPPN Resgate I*	Alto Jequitibá	10,00
1999	RPPN Sítio Cerro das Acácias	São João	
		Nepomuceno	1,00
1999	RPPN Sítio Raio Solar	Extrema	28,69
1999	RPPN Usina Maurício	Itamarati de Minas	303,75
2000	RPPN da Sociedade Mineira de Cultura Nipo Brasileira*	São Joaquim de Bicas	22,11
2000	RPPN Fazenda Alto da Conceição*	Carangola	8,31

2000	RPPN Fazenda Campinho*	Pedro Leopoldo	43,00
2000	RPPN Fazenda da Serra	Lima Duarte	22,48
2000	RPPN Fazenda Vargem Alegre*	Pedro Leopoldo	9,68
2000	RPPN Mata do Tufti*	Itapecerica	57,00
2000	RPPN Mata Samuel de Paula*	Nova Lima	147,83
2000	RPPN Minas Tênis Clube*	Belo Horizonte	14,88
2000	RPPN Morro das Árvores*	Poços de Caldas	216,78
2000	RPPN Nave da Esperança	Aiuruoca	27,37
2000	RPPN Reserva Sarandi	Santa Bárbara do Monte Verde	3,50
2000	RPPN Retiro Branco*	Poços de Caldas	207,46
2000	RPPN Segredo das Águas	Teófilo Otoni	15,00
2000	RPPN Serra do Ibitipoca*	Lima Duarte	4,67
2000	RPPN Sítio Pirilampo	Ijaci	1.054,66
2000	RPPN Usina Coronel Domiciano*	Muriaé	222,00
2001	RPPN Comodato Reserva de Peti	Santa Bárbara	96,42
2001	RPPN Córrego das Trairas*	Crisólitas	158,80
2001	RPPN da Pedra Branca*	Caldas	15,00
2001	RPPN Fazenda Boa Vista*	Fervedouro	13,08
2001	RPPN Feliciano Miguel Abdalla (Estação Biológica Caratinga)	Caratinga	957,58
2001	RPPN Instituto Olho d'Água*	Alterosa	2,10
2001	RPPN Josepha Mendes Ferrão*	Alterosa	0,50
2001	RPPN Olga Coelho Ulman*	Juatuba	91,91
2001	RPPN Panelão dos Muriquis	Fervedouro	40,17
2001	RPPN Parque Ecológico da Serra do Santo Antônio	Andrelândia	9,00
2001	RPPN Pé da Laje	Claudio	1,10
2001	RPPN Poço Fundo	Congonhas	90,00
2001	RPPN São Francisco de Assis*	Alterosa	4,20
2001	RPPN Sítio Som e Poesia*	Três Pontas	3,50
2001	RPPN Sítio Ventania*	Mirai	1,46
2002	RPPN dos Feixos	Nova Lima	2,10
2002	RPPN Brejo Novo	Santos Dumont	18,35
2002	RPPN Fazenda Boa Esperança*	Descoberto	126,80
2002	RPPN Fazenda da Gruta*	Santana do Deserto	709,00
2002	RPPN Fazenda São Lourenço/ Matinha*	Manhuaçu	7,96
2002	RPPN Fazenda São Lourenço*	Itamarati de Minas	177,20
2002	RPPN Itajuru ou Sobrado	Santa Bárbara	43,06
2002	RPPN Monte Santo*	Piracema	5,20
2002	RPPN Semente do Arco-Íris	Toledo	1,65
2002	RPPN Sítio do Tileco*	Machado	7,40
2002	RPPN Vale de Salvaterra*	Juiz de Fora	263,30
2003	RPPN Antônio Lopes Merson*	Ladainha	219,90
2003	RPPN Cambuí Velho*	Cambuí	9,69



2003	RPPN Jequitibá*	Alfenas	19,32
2003	RPPN Morro Grande*	Caldas	363,58
2004	RPPN Irmã Sheila*	Manhuaçu	64,83
2004	RPPN Reserva Mata do Bugio	Rio Novo	35,20

* RPPN reconhecidas pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, com base no Decreto Estadual 34401, de 21 de janeiro de 1998.

Estado: RIO DE JANEIRO (44 RPPN; 4.230,29 ha.)			
Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1991	RPPN Fazenda Roça Grande	Rio Claro	63,70
1992	RPPN Sítio Angaba	Itaguaí	29,00
1992	RPPN Sítio Poranga	Itaguaí	34,00
1993	RPPN Fazenda Córrego da Luz	Casimiro de Abreu	20,00
1993	RPPN Pedra do Amarilis	Petrópolis	39,64
1994	RPPN CEFLUSMME	Rio de Janeiro	3,40
1994	RPPN Fazenda Arco-Íris	Silva Jardim	45,86
1996	RPPN Fazenda Santa Isabel	Mangaratiba	525,00
1996	RPPN Granja Redenção	Silva Jardim	33,80
1996	RPPN Sítio Santa Fé	Silva Jardim	14,31
1997	RPPN Fazenda Limeira	Petrópolis	18,73
1997	RPPN Sítio Cachoeira Grande	Silva Jardim	14,00
1997	RPPN Sítio Fim da Picada	Rio Claro	21,10
1998	RPPN Fazenda Bom Retiro	Casimiro de Abreu	472,00
1998	RPPN Gleba O Saquinho de Itapirapuã	Angra dos Reis	3,97
1998	RPPN Maria Francisca Guimarães	Teresópolis	1,02
1998	RPPN Sítio Shangrilah	Macaé	69,00
1999	RPPN do Sítio Santa Cruz	Mendes	46,80
1999	RPPN El Nagual	Magé	17,20
1999	RPPN Fazenda Barra do Sana	Macaé	162,40
1999	RPPN Fazenda Cachoeirinha	Mangaratiba	650,00
1999	RPPN Fazenda São Geraldo	Valença	173,00
1999	RPPN Fazenda Suspiro	Teresópolis	18,21
1999	RPPN Reserva Ecológica Metodista Ana Gonzaga	Rio de Janeiro	73,12
1999	RPPN Reserva Jornalista Antenor Novaes	Engenheiro Paulo de Frontin	125,00
1999	RPPN Reserva Querência	Magé	6,30
1999	RPPN Sítio Granja São Jorge	Rio de Janeiro	2,60
2000	RPPN Reserva Mato Grosso	Saquarema	26,11
2000	RPPN Reserva União	Silva Jardim	343,10

2000	RPPN Sítio Fim da Picada II	Rio Claro	7,05
2001	RPPN Fazenda Gaviões	Silva Jardim	117,39
2001	RPPN Fazenda São Benedito	Rio Claro	144,00
2002	RPPN Fattoria Grigea	Nova Friburgo	10,20
2002	RPPN Gaia	Bom Jardim	40,00
2002	RPPN Nossa Senhora das Graças	Rio Claro	30,73
2002	RPPN Reserva Porangaba	Itaguaí	9,00
2002	RPPN SESC Tinguá	Nova Iguaçu	16,50
2002	RPPN Sítio Paiquerê	Nova Iguaçu	14,10
2004	RPPN Lençóis	Silva Jardim	12,82
2004	RPPN Quero-Quero	Silva Jardim	16,00
2004	RPPN Reserva Sítio Azul	Nova Friburgo	5,08
2004	RPPN Serra Grande	Silva Jardim	108,00
2004	RPPN Três Morros	Casimiro de Abreu	508,78
2004	RPPN Ventania	Casimiro de Abreu	138,27

Estado: SÃO PAULO (33 RPPN; 3.348,99 ha.)			
Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1992	RPPN Carbochloro	Cubatão	7,00
1993	RPPN Sítio Ryan	Itapevi	19,47
1994	RPPN Sítio do Cantoneiro	Monteiro Lobato	8,70
1994	RPPN Voturuna I	Santana de Parnaíba	66,55
1994	RPPN Voturuna II	Santana de Parnaíba	58,45
1994	RPPN Voturuna V	Pirapora do Bom Jesus	56,85
1995	RPPN Sítio Curucutu	São Paulo	10,89
1995	RPPN Sítio Sibiuana	Joanópolis	50,00
1997	RPPN Sítio Pithon	Araçariçuama	26,00
1998	RPPN Fazenda San Michele	São José dos Campos	84,71
1999	RPPN EcoWorld	Atibaia	51,38
1999	RPPN Fazenda Agro-Pastoril Gonçalves	Tapiraí	60,91
1999	RPPN Fazenda Bela Aurora	Cruzeiro	86,14
1999	RPPN Fazenda Horii	Guapiara	34,40
1999	RPPN Fazenda Rio dos Pilões	Santa Izabel	560,02
1999	RPPN Morro do Curussu Mirim	Ubatuba	22,80
1999	RPPN Sítio Palmital	Itápolis	24,30
2000	RPPN Estância Jatobá	Jaguariúna	26,67
2000	RPPN Reserva Ecológica Amadeu Botelho	Jaú	142,88
2000	RPPN Sítio Primavera	São Luiz do Paraitinga	21,78
2000	RPPN Toque Toque Pequeno	São Sebastião	2,70



2001	RPPN Centro de Vivência com a Natureza	Araçoiaba da Serra	28,40
2001	RPPN Fazenda Meandros	Ibiúna	111,30
2001	RPPN Fazenda Meandros II	Ibiúna	145,20
2001	RPPN Fazenda Meandros III	Ibiúna	72,60
2001	RPPN Floresta Negra	Araçoiaba da Serra	7,00
2001	RPPN Sítio Capuavinha	Mairiporã	5,00
2001	RPPN Sítio do Jacu	Caraguatatuba	1,60
2002	RPPN Fazenda Relógio Queimado	Cafelândia	111,44
2002	RPPN Parque dos Pássaros	Bragança Paulista	174,90
2002	RPPN Parque São Marcelo	Mogi Mirim e Mogi Guaçu	187,03
2003	RPPN Rizzieri	São Sebastião	12,82
2004	RPPN Fazenda Vista Bonita	Sandovalina	1.069,10

REGIÃO SUL

Estado: PARANÁ (183 RPPN; 36.927,86 ha.)			
Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1994	RPPN Reserva Natural Salto Morato	Guaraqueçaba	819,18
1994	RPPN Reserva Papagaios Velhos	Palmeira	153,17
1997	RPPN Fazenda Primavera	Tibagi	400,00
1997	RPPN AABB*	Pato Branco	5,60
1997	RPPN Adealmo Ferri*	Coronel Vivida	7,90
1997	RPPN Agro Mercantil Vila Rica Ltda.*	Fênix	111,32
1997	RPPN Almiro José Liberali*	Diamante do Oeste	48,40
1997	RPPN Antonio Garbin Neto*	Coronel Vivida	4,84
1997	RPPN Augusto Dunke*	Toledo	14,52
1997	RPPN Bernard Philippe e Marie Philibert de Laguiche*	Fênix	134,06
1997	RPPN Carlos Valdir Maran*	Bom Jesus do Sul	46,70
1997	RPPN Celso Stedile*	Coronel Vivida	30,00
1997	RPPN Centro Pastoral Educ. e Assistencial Dom Carlos*	Pato Branco	3,63
1997	RPPN Claudino Luiz Graff*	Coronel Vivida	2,60
1997	RPPN COTREFAL II*	Ramilândia	54,20
1997	RPPN Dérico Dalla Costa*	Pato Branco	23,95
1997	RPPN Diomar Dal Ross*	Pato Branco	5,20
1997	RPPN Edegar José Fiss*	Bom Jesus do Sul	14,52
1997	RPPN Elza Mior*	Coronel Vivida	4,84
1997	RPPN Fazenda Alagado do Iguaçu*	São Jorge do Oeste	26,00

1997	RPPN Fazenda Ásia Menor*	Jaboti	24,20
1997	RPPN Fazenda Boa Vista*	Santa Fé	62,32
1997	RPPN Fazenda Campina da Lagoa*	Campina da Lagoa	276,19
1997	RPPN Fazenda Caraguatatiba da Divisa*	São Manoel do Paraná	222,30
1997	RPPN Fazenda da Barra*	Lobato	588,50
1997	RPPN Fazenda Legendária*	Laranjal	50,00
1997	RPPN Fazenda Leonora*	Alto Paraná	25,30
1997	RPPN Fazenda Maracanã*	Castro	96,80
1997	RPPN Fazenda Matão*	Loanda	607,94
1997	RPPN Fazenda Moreira Sales*	Moreira Sales	219,60
1997	RPPN Fazenda Paiquerê*	Ponta Grossa	60,00
1997	RPPN Fazenda Progresso*	Roncador	80,90
1997	RPPN Fazenda Santa Fé do Ivaí*	Santa Izabel do Ivaí	127,80
1997	RPPN Fazenda Santa Fé*	Querência do Norte	525,07
1997	RPPN Fazenda Santa Francisca*	Querência do Norte	545,30
1997	RPPN Fazenda Santa Juliana*	Santa Fé	116,28
1997	RPPN Fazenda Santa Maria*	Santa Terezinha do Itaipu	242,00
1997	RPPN Fazenda São João*	Engenheiro Beltrão	104,06
1997	RPPN Fazenda São José*	Alto Paraná	66,63
1997	RPPN Fazenda Taquaritinga*	Santa Izabel do Ivaí	36,28
1997	RPPN Francisco Barivieira*	Flor da Serra do Sul	20,00
1997	RPPN Gamelão*	Mato Rico	4,00
1997	RPPN Granja Perobal*	São Jorge do Oeste	23,41
1997	RPPN Helmuth Krause*	Verê	12,50
1997	RPPN Henrique Gustavo Salonski*	Luiziana	148,32
1997	RPPN João Massocato*	Bom Jesus do Sul	12,00
1997	RPPN Lauro Luiz Vailatti*	Coronel Vivida	2,42
1997	RPPN Leonildo Donin*	Toledo	2,97
1997	RPPN Mata dos Volpon I*	Santa Mônica	309,88
1997	RPPN Mata dos Volpon II*	Santa Mônica	330,39
1997	RPPN Mata dos Volpon III*	Santa Mônica	263,57
1997	RPPN Mata dos Volpon IV*	Santa Mônica	291,77
1997	RPPN Mata Suíça I*	Lunardelli	645,00
1997	RPPN Mata Suíça II*	Lunardelli	645,00
1997	RPPN Mitra Diocesana de Toledo*	Toledo	20,08
1997	RPPN Narciso Luis Vannini III*	Medianeira	10,88
1997	RPPN Narciso Luiz Vannini I*	Medianeira	19,24
1997	RPPN Narciso Luiz Vannini II*	Medianeira	14,40
1997	RPPN Narciso Luiz Vannini IV*	Medianeira	12,63
1997	RPPN Odila Poletto Mior*	Coronel Vivida	4,84



1997	RPPN Olívio Expedito Pastro*	Verê	3,00
1997	RPPN Osvaldo Hoffmann*	Toledo	17,54
1997	RPPN Pasta Mecânica Hansa Ltda.*	Luiziana	262,40
1997	RPPN Reserva Ecológica Ita-y-Tyba*	Tibagi	1.090,00
1997	RPPN Reserva Legal Lote 50 - Fazenda Perobal*	Itambé	102,85
1997	RPPN Ricardo Mior*	Coronel Vivida	4,84
1997	RPPN Ricieri Pizzato*	São Jorge do Oeste	15,00
1997	RPPN Rio Negro*	Rio Negro	119,40
1997	RPPN Rubens Cadena Piovezan*	Diamante do Oeste	54,16
1997	RPPN São Francisco de Assis*	Castro	20,00
1997	RPPN Severino Mazzocato*	Bom Jesus do Sul	25,00
1997	RPPN Sítio Alegre*	Verê	12,00
1997	RPPN Sítio Cagnini*	Verê	8,00
1997	RPPN Sítio Potreiro*	Ipiranga	7,50
1997	RPPN Sítio São José*	Mato Rico	3,00
1997	RPPN Vit'Água Club*	Coronel Vivida	7,00
1997	RPPN Wilson Eugênio Donin*	Toledo	4,69
1997	RPPN Wilson Eugênio Donin*	Toledo	2,50
1997	RPPN Wilson Eugênio Donin*	Toledo	5,22
1998	RPPN Antonio Almir dos Santos*	Terra Roxa	182,88
1998	RPPN Artur Cesar Vigilato*	Luiziana	72,60
1998	RPPN Benedito Antônio dos Santos Filho*	Guaira	16,40
1998	RPPN COAMO*	Luiziana	160,74
1998	RPPN Edela Toldo*	Guaira	57,00
1998	RPPN Edmundo Pereira dos Santos*	Terra Roxa	185,48
1998	RPPN Estância Alvorada*	Vera Cruz do Oeste	676,60
1998	RPPN Estância Hermínio e Maria*	Campo Bonito	804,00
1998	RPPN Estância Primavera*	Campo Bonito	210,00
1998	RPPN Estância Serra Morena*	Diamante do Oeste	187,00
1998	RPPN Eunice Shizuko Tsuzuki Tamura*	Quinta do Sol	294,44
1998	RPPN Família Squizzato*	Anahy	10,60
1998	RPPN Fazenda Açú*	Terra Roxa	484,00
1998	RPPN Fazenda Belo Horizonte*	Faxinal	19,98
1998	RPPN Fazenda Cercado Grande*	Castro	14,50
1998	RPPN Fazenda Chavantes*	São Pedro do Paraná	135,00
1998	RPPN Fazenda Depositoinho*	Luiziana	131,21
1998	RPPN Fazenda Itapuã*	Faxinal	48,76
1998	RPPN Fazenda Kaloré*	Marumbi	25,14
1998	RPPN Fazenda Kondo II*	Nova Londrina	86,99

1998	RPPN Fazenda Kondo*	Nova Londrina	62,76
1998	RPPN Fazenda Mocambo*	Tibagi	2.771,60
1998	RPPN Fazenda Monte Alegre*	Telêmaco Borba	3.852,30
1998	RPPN Fazenda Paranhos*	São Carlos do Ivaí	43,07
1998	RPPN Fazenda Pinheiro*	Faxinal	24,23
1998	RPPN Fazenda Santa Terezinha*	Campo Mourão	108,90
1998	RPPN Fazenda Santa Thereza*	Barra do Jacaré	40,08
1998	RPPN Fazenda São Pedro/Bento*	Santa Cruz do Monte Castelo	162,61
1998	RPPN Felicidade*	Imbituva	1,72
1998	RPPN Graciolino Ivo Sartor*	Coronel Vivida	4,84
1998	RPPN Hilva Jandrey Marques*	Fênix	25,00
1998	RPPN Invernada Barreiro*	Ponta Grossa	80,00
1998	RPPN Ivan Luís de Castro Bittencourt*	Fênix	24,20
1998	RPPN José Cândido da Silva Muricy Neto*	Fênix	60,50
1998	RPPN Lenita Neme Fernandes Ruiz de Arruda Leite*	Barbosa Ferraz	43,22
1998	RPPN Mata do Barão*	Londrina	1.126,10
1998	RPPN Mata do Bortolon*	Cruzeiro do Oeste	198,71
1998	RPPN Mata do Sestito*	Cruzeiro do Oeste	274,60
1998	RPPN Paulo Ivan dos Santos*	Terra Roxa	220,29
1998	RPPN Rio Bonito*	Ivaí	95,00
1998	RPPN Sítio Belo Horizonte*	Faxinal	19,98
1998	RPPN Sítio Cachoeira*	Roncador	28,10
1998	RPPN Sítio Serra do Tigre*	Ivaí	7,26
1998	RPPN Sítio Tupiatã*	Faxinal	4,84
1998	RPPN SLOMP Investimentos Imobiliários*	Campo Mourão	27,42
1998	RPPN Tarumã I*	Campo Largo	404,00
1998	RPPN Tarumã II*	Palmeira	443,00
1998	RPPN Teolide Maria Balzan Breda*	Coronel Vivida	18,00
1999	RPPN Bordignon*	Tomazina	133,22
1999	RPPN Cachoeira Laranjal*	Jacarezinho	8,97
1999	RPPN Chácara Ipê*	Carambeí	4,17
1999	RPPN das Araucárias	General Carneiro	115,00
1999	RPPN Fazenda Banhadinho*	Sapopema	26,73
1999	RPPN Fazenda Campo Alto*	Campo Bonito	30,03
1999	RPPN Fazenda do Tigre I*	Arapoti	211,08
1999	RPPN Fazenda do Tigre II*	Arapoti	158,75
1999	RPPN Fazenda Duas Barras*	Planaltina do Paraná	173,24
1999	RPPN Fazenda Faxinal ou Barreiro*	Arapoti	23,00
1999	RPPN Fazenda Inho - ó*	Sapopema	441,05



1999	RPPN Fazenda Invernada do Cerradinho*	Arapoti	20,00
1999	RPPN Fazenda Nova Esperança*	Arapoti	6,82
1999	RPPN Fazenda São Bento*	Paraíso do Norte	167,08
1999	RPPN Fazenda Taquarussú*	Arapoti	25,47
1999	RPPN Mata do Carolo I*	Luiziana	10,70
1999	RPPN Mata do Carolo II*	Luiziana	93,01
1999	RPPN Mata do Cidão*	Corumbataí do Sul	5,32
1999	RPPN Mata São Pedro*	Lupionópolis	429,22
1999	RPPN Naude P. Prates*	Diamante do Oeste	21,00
1999	RPPN Reserva Ecológica de Sebuí	Guaraqueçaba	400,78
1999	RPPN Salto das Orquídeas I*	Sapopema	41,81
1999	RPPN Serrinha*	Sapopema	3,81
1999	RPPN Sítio São Roque*	Sapopema	10,65
1999	RPPN Sítio São Sebastião*	Sapopema	5,87
1999	RPPN Vale do Corisco	Seges e Itararé	507,50
2000	RPPN Fazenda Nova Parapanema*	Jardim Olinda	159,70
2000	RPPN João Batista do Nascimento*	Tomazina	53,15
2000	RPPN Reserva Cláudio Enoch Andrade Vieira*	Arapoti	218,05
2000	RPPN Rosinei Cadena Piovezan*	Diamante do Oeste	39,67
2001	RPPN Corredor do Iguaçu	Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu	5.151,00
2001	RPPN Estância do Monge*	Ortigueira	12,85
2001	RPPN Fazenda Água Cristalina I*	Ramilândia	39,43
2001	RPPN Fazenda Água Cristalina II*	Ramilândia	37,61
2001	RPPN Fazenda Água Cristalina III*	Ramilândia	78,90
2001	RPPN Fazenda Bararuba*	Alto Paraná	359,34
2001	RPPN Fazenda da Mata*	Querência do Norte	137,05
2001	RPPN Fazenda Santa Olímpia*	Barra do Jacaré	103,40
2001	RPPN Fazenda São Paulo*	Ramilândia	94,40
2001	RPPN Foz do Juquiri*	Mato Rico	98,40
2001	RPPN Juca Amâncio I*	São José da Boa Vista	41,25
2001	RPPN Juca Amâncio*	São José da Boa Vista	21,82
2001	RPPN Major Ariovaldo Villela*	Lupionópolis	89,96
2001	RPPN Parque das Águas*	Ramilândia	400,00
2001	RPPN Recanto da Jaguatirica*	Mato Rico	10,89
2001	RPPN São João*	São José da Boa Vista	90,54

2001	RPPN Vale do Rio Cantu*	Mato Rico	177,00
2002	RPPN Fazenda Duas Fontes*	Cruzeiro do Sul	43,00
2002	RPPN Fazenda Paradão*	Jardim Olinda	243,79
2002	RPPN Fazenda Paraquacu*	Guaporema	104,89
2002	RPPN Sítio do Bananal	Morretes	28,84
2002	RPPN Sítio Monte Ararat	Bocaiúva	10,00
2002	RPPN Sítio São Francisco*	Rio Azul	7,73
2003	RPPN Cachoeira do Aristeu*	Ibaiti	14,91
2003	RPPN Reserva Natural Morro da Mina*	Antonina	1.336,19
2004	RPPN Urú	Lapa	128,67

* RPPN reconhecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná, com base no Decreto Estadual 4262, de 21 de novembro de 1994.

Estado: SANTA CATARINA (22 RPPN; 14.494,86 ha.)			
Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1990	RPPN Reserva Caraguatá	Florianópolis	1.854,00
1992	RPPN Fazenda Palmital	Itapoã	590,00
1992	RPPN Parque das Nascentes (Parque Ecológico Artex)	Blumenau	5.296,16
1992	RPPN Reserva Burgerkopf	Blumenau	82,07
1997	RPPN Fazenda Pousada Serra do Pitoco	Ituporanga	3,00
1998	RPPN Reserva Caraguatá II	Antonio Carlos	558,86
1998	RPPN Reserva do Caraguatá III	Major Gerciano	314,88
1999	RPPN Barra do Rio do Meio	Santa Rosa de Lima	10,00
1999	RPPN Morro das Aranhas	Florianópolis	44,16
1999	RPPN Reserva Natural Menino Deus	Florianópolis	16,00
1999	RPPN Reserva Normando Tedesco	Baneáreo Camburiú	3,82
2000	RPPN Fazenda Araucária	São Joaquim	50,00
2000	RPPN Gralha-Azul	Água Doce	49,00
2001	RPPN Caetezal	Joinville	4.613,80
2001	RPPN Chácara Edith	Brusque	415,79
2001	RPPN Prima Luna	Nova Trento	100,00

Estado: RIO GRANDE DO SUL (15 RPPN; 719,99 ha.)			
Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1992	RPPN Reserva Particular Schuster	Humaitá	4,00



1997	RPPN Rancho Mira-Serra	São Francisco de Paula	17,68
1998	RPPN Bosque de Canela	Canela	6,00
1998	RPPN Estância Santa Rita	Santa Vitória do Palmar	340,00
1998	RPPN Reserva do Capão Grande	Barra do Ribeiro	9,00
1999	RPPN Chácara Sanaduva	Viamão	3,00
1999	RPPN Fazenda Curupira	Pedro Osório	100,20
1999	RPPN Mariana Pimentel	Mariana Pimentel	46,00
1999	RPPN Pontal da Barra	Pelotas	65,33
1999	RPPN Reserva Particular Prof. Delamar Harry dos Reis	Viamão	10,00
2000	RPPN Costa do Serro	Porto Alegre	8,00
2001	RPPN Reserva Jardim da Paz	Porto Alegre	1,75
2002	RPPN Morro de Sapucaia	Sapucaia do Sul	90,25
2002	RPPN Recanto do Robalo	Torres	9,95
2004	RPPN Itapuã 3	Viamão	8,83
2002	RPPN Bio Estação Águas Cristalinas	Brusque	102,96
2002	RPPN Morro da Palha	São Francisco do Sul	7,00
2002	RPPN Morro dos Zimbros	Porto Belo	45,90
2002	RPPN Reserva Emílio Florentino Battistela	Curupá	100,96
2002	RPPN Reserva Rio das Furnas	Alfredo Wagner	10,00
2004	RPPN Reserva Passarim	Paulo Lopes	226,50

